



EDITAL Nº 092/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1585/25, APENSO: 1350/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO
REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro/RJ, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará licitação para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021**, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 (que regulamenta o Sistema de Registro de Preços), e demais legislações aplicáveis, e de acordo com as normas e condições fixadas neste instrumento, destinado à **eventual e futura aquisição de EPIs, EPC E MATERIAL DE CONSUMO**, através do Sistema de Registro de Preços, atendendo à demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e da Secretaria Municipal de Defesa Civil., conforme as especificações e demais condições constantes no **ANEXO I** deste edital e os seus Anexos, conforme cronograma abaixo:

<u>DATA 13/02/2026 E HORA às 14h 00min</u>	INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS NO SITE (https://www.licitanet.com.br/)
<u>DATA 09/03/2026 E HORA às 09h 30min</u>	FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS (https://www.licitanet.com.br/)
<u>DATA 09/03/2026 E HORA às 09h 31min</u>	ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS (https://www.licitanet.com.br/)
Tão logo encerrada a análise preliminar das propostas.	ABERTURA E DISPUTA DE LANCES (https://www.licitanet.com.br/)

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

LOCAL DA SESSÃO DO CERTAME: A LICITANET – Licitações On-line atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

Modo de Disputa: Aberto

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da LICITANET – Licitações On-line**.

Os trabalhos serão conduzidos pelo (a) Pregoeiro (a) mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “LICITANET – Licitações On-line” constante na página da internet. (<https://www.licitanet.com.br/>).

Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados nos seguintes endereços eletrônicos:

1. no site <https://www.licitanet.com.br/>
2. no site <https://www.bomjardim.rj.gov.br>



3. no endereço de e-mail licitacaopmbj2025@gmail.com

O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

O fornecimento do edital será preferencialmente através do *sítio* <https://www.licitanet.com.br/> e no <https://www.bomjardim.rj.gov.br> independentemente de qualquer pagamento.

A apresentação das propostas pressupõe conhecimento de todos os dados e informações necessárias ao seu preparo e a aceitação das condições estipuladas nesta Licitação.

O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,10.

O encaminhamento da proposta poderá ocorrer até o dia 09/03/2026 no horário limite de início da sessão pública. Durante esse período, o licitante poderá incluir ou excluir sua proposta.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, através dos orçamentos das respectivas Secretarias, sendo:

	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	02.170.06.182.0092.2.125	33.90.30
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	02.400.11.331.0015.2.038	

DO OBJETO

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 – O objeto desta licitação é o Registro de Preços para **eventual e futura aquisição** de EPIs, EPC E MATERIAL DE CONSUMO, através do Sistema de Registro de Preços, atendendo à demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e da Secretaria Municipal de Defesa Civil., cujas especificações encontram-se detalhadas no Termo de Referência, constante do **ANEXO I**.

1.2 – A Administração não estará obrigada a adquirir o objeto constante deste Registro de Preços, podendo até realizar licitação específica para contratação de um ou de mais itens/lotos, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 83, da Lei nº 14.133/2021.

1.3 – A licitação será composta por itens, conforme tabela constante no subitem 1.5.3.

1.4 – DETALHAMENTO DO OBJETO

Vide Termo de Referência

1.5 – DA PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO

1.5.1 – O custo estimado total da contratação é de **R\$ 113.701,92 (cento e treze mil, setecentos e um reais e noventa e dois centavos)**, o valor descrito acima constitui mera estimativa, não obrigando a Administração a utilizá-lo integralmente.



1.5.2 – Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

1.5.2.1 – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.5.2.2 – em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

1.5.2.3 – serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.5.2.4 – poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1.5.3 – PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
01	Óculos proteção, material armação: policarbonato e nylon, tipo proteção: lateral, material proteção: policarbonato, tipo lente: anti-risco, anti embaçante, cor lente: incolor, características adicionais: com cordão de segurança, hastes de cor preta, material lente: p	UNIDADE	80	3,56	284,80
02	Óculos proteção, material armação: nylon regulável, tipo proteção: lateral, tipo lente: policarbonato, cor	UNIDADE	30	8,00	240,00
03	Luva segurança, material: vaqueta, tamanho: GG, aplicação: segurança e proteção individual. características adicionais: duplo reforço com punho feito em raspa, espessura: 2 mm, comprimento: 27cm, largura: 12,5 cm, tipo: petroleira	UNIDADE	150	17,37	2.605,50
04	Mascara de solda automática, visor de 93x43mm, 2 sensores frontais, Din 9-13 ajustável, função esmerilhar, retardo e sensibilidade ajustáveis, bateria substituível, led de bateria baixa, função teste ADF	UNIDADE	02	105,65	211,30
05	Luva para eletricitista isolante de borracha, tipo 2 classes 00, para tensão máxima de uso 500v tamanho 10	UNIDADE	02	165,86	331,72



06	Botina segurança, material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bi densidade, modelo: sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobel com solado em poliuretano bi densidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	280	63,88	17.886,40
07	Avental de soldador, material: raspa de couro, comprimento: 1,20m, largura: 0,70m, inteiriço, sem emendas, com fivelas e tiras de ajuste, com mangas longas tipo Barbeiro	UNIDADE	06	38,33	229,98
08	Perneira de segurança confeccionada em raspa de couro, fechamento em velcro na vertical, metatarso em raspa com duas tiras em raspa e fivela metálica nas partes superiores e inferiores.	PAR	09	34,76	312,84
09	Máscara Facial Respirador C/ 2 Filtros Gases Ácidos Vapores. Respirador reutilizável semifacial, filtro duplo, com corpo moldado em elastômero sintético no tamanho médio, com tirantes fixos. MÁSCARA: O corpo do respirador é moldado em elastômero sintético atóxico, ultramacio, com bordas internas almofadadas. Possui uma válvula de inalação e duas de exalação. A aranha frontal de fixação, o conector para filtro, as válvulas e os cartuchos são fabricados em plástico resistente ao calor. Oferece fixação à face em quatro pontos, através de tirantes elásticos móveis com regulagem de pressão proporcionada pela variação de comprimento, através de passadores em plástico resistente. O filtro químico é composto por carvão ativado granulado, contido em um cartucho plástico. Filtro químico Classe 1 é eficaz contra vapores	UNIDADE	02	53,21	106,42
10	Kit 2 Filtros Refil Cartucho Máscara Respirador Químico Vapores Orgânicos e Gases Ácidos Filtros químicos, composto por carvão ativado granulado envolvido por um cartucho plástico. Filtro químico Classe 1 contra vapores orgânicos e gases ácidos até 1000ppm, cloro até 10ppm e ácido clorídrico ou dióxido de enxofre até 50ppm ou 10 vezes o seu limite de tolerância ou até a concentração IPVS, o que for menor.	PAR	15	39,90	598,50
11	Suporte facial com catraca constituído de coroa e carneira de material plástico, com regulagem de tamanho através de catraca, malha 8"x12", fabricado em tela de aço com cerca de 310mm de largura e 195mm de altura	UNIDADE	30	71,40	2.142,00
12	Abafador de ruído auricular tipo concha, haste em aço-mola inoxidável eletricamente isolada, concha com revestimento em TPU, concha em plástico ABS, nível de atenuação 23 dB	UNIDADE	50	59,50	2.975,00



13	Capa de proteção contra chuva e confeccionada em PVC impermeável com forro em poliéster, costura de solda eletrônica, com manga longa e capuz, fechamento frontal com quatro botões de pressão.	UNIDADE	250	54,05	13.512,50
14	Bota cano longo PVC , impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	PAR	150	45,54	6.831,00
15	Fita de isolamento Fita de sinalização e segurança utilizada para isolar e sinalizar áreas é produzida em filme de PEBD de baixa densidade sem adesivo e impresso na cor preta e amarela, fita com espessura de 50 e colocada num tubete de papelão com largura de 70 mm. Características: Tamanho: 200m X 70mm Cor: preto e amarela Quantidade: 100 rolos .	ROLO	150	10,44	1.566,00
16	LIMAS 02 Kits Com 12 unidades Lima Para Amolar Afiar Motosserra tamanho 8"X7/32"- 20X5,5MM,redonda ferramenta perfeita para manter a sua motosserra em perfeitas condições. Este kit é composto por 12 limas redondas de aço carbono, um material resistente e durável que garante um afiamento eficaz e preciso estas limas são ideais para trabalhar com precisão, permitindo-lhe afiar a sua motosserra de forma rápida e eficiente. O seu peso leve de 19g torna-as fáceis de manusear, proporcionando um maior conforto durante o uso.	UNIDADE	24	21,23	509,52
17	ROLO CORRENTE MOTOSSERRA Passo: 3/8" Quantidade de dentes: 820 Comprimento: 100 pés (30,5 mts) Calibre :1.6mm - 0,063" Lima recomendada: 7/32" Perfil do dente: Semi-Quadrado Guia Simples Conteúdo Embalagem: 01 rolo com 820 dentes Pacote com emendas e elos Caixinhas para Loop	ROLO	02	2.065,01	4.130,02
18	CORDA BOMBEIRO Nr18 Tipo Bombeiro 12mm. Em Poliamida Bobina 200 Metros. Corda constituída em trançado triplo e alma central. Trançado externo em multifilamento de Poliamida trançado intermediário e o alerta visual na cor amarela em multifilamento de polipropileno ou poliamida na cor amarela com o mínimo de 50% de identificação, não podendo ultrapassar 10% da densidade linear. Traçado interno em multifilamento de poliamida e alma central torcida em multifilamentos de poliamida. Possui identificação interna gravada NR 18.16,5 ISO 1140 1990. A corda de segurança NR18 foi desenvolvida exclusivamente para uso em Cadeira Suspensa e Cabo Guia de Segurança para Fixação do Trava-quedas;	METRO	600	3,58	2.148,00



	conforme publicação da Secretaria de Inspeção do Trabalho / Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, inserido na Norma Regulamentadora 18 – Portaria nº 13 de 09 de Julho de 2002. Uso recomendado: Corda para uso especifica em cadeiras suspensas e fixação de trava quedas. Carga de Ruptura.20kn = 2.038(kgf).Cabo sem capa externa (mínimo) 15kn = 1.529(kgf) Diâmetro nominal (mínimo) : 12,0mm. Desvio limite : +0,5mm. Fita inserida na alma gravada NR 18.16,5 ISSO 114				
19	LUVAS DE BORRACHA ALTA VOLTAGEM Luva isolante para alta tensão. Classe da luva: 3;• Cor da marcação: verde ;Cor da luva: preta; Resistente a ozônio (O ³); Tensão de ensaio: 30 KV; Tensão máxima de uso: 26.500 V;. Tamanho G	PAR	03	482,15	1.446,45
20	MOCHILAS TÁTICA Modelo: PQD (Paraquedista) Cor: LARANJA OU AZUL Material: Tecido Nylon Poli 600 Fechamento Superior: Corda e Zíper Bolsos: Bolso superior com fechamento em zíper Bolso do lado esquerdo e direito com regulador Bolso traseiro para acoplagem de acessório, oferecendo mais rigidez à postura. Alças: Duas alças reguláveis em Nylon Poli 600 com revestimento interno em espuma Pack 6 mm para melhor conforto. Alça com fita torácica e abdominal para melhor ajuste. Suportes para Fixação de Acessórios: Possui suportes estrategicamente posicionados para fixação de acessórios adicionais. Medidas Aproximadas: Comprimento: 60 cm Largura (frontal/externa): 34 cm Lateral (espessura): 20 cm Volume Aproximado: 45 Litros	UNIDADE	30	149,90	4.497,00
21	LUVAS DE PROTEÇÃO DE COURO Luvas fabricada em couro materiais de alto desempenho e costurada com fios de aramida. Conforto e segurança Revestimento interno especial. Proteção térmica superior – Oito vezes maior que as luvas tradicionais de raspa, vaqueta ou lona. Até 500°C com intermitência de 15 segundos, de acordo com o ensaio da norma EN 407*.maior produtividade e redução no intervalo de tempo por parte soldada melhoria significativa nos trabalhos de soldagem contínua, melhor opção para trabalhos em soldas diversas (Eletrodos, MIG, Oxi-Acetilênica, Dentre outros processos). Maior resistência e durabilidade.	PAR	50	128,08	6.404,00
22	ÓCULOS DE PROTEÇÃO DESCRIÇÃO Óculos de segurança com lente de proteção em policarbonato com tratamento antirrisco, antiembaçante e UV, armação convencional com revestimento interno em	UNIDADE	20	19,75	395,00



	borracha macia. DESCRIÇÃO TÉCNICA OCULOS Tratamento antirrisco e antiembaçante Revestimento interno em borracha macia para maior conforto O tirante elástico concede um ajuste confortável Certificado de aprovação.				
23	BOTAS DE SEGURANÇA DESCRIÇÃO TÉCNICA • Cabedal: Couro legítimo de alta durabilidade. • Forro: Poliéster respirável com tratamento antibacteriano. • Atacador: Cadarço trançado em poliéster de alta resistência • Passadores: Nylon reforçado, garantindo durabilidade. • Biqueira: Rígida em Termoplástico. • Solado: Micro expandido, leve, antiderrapante e resistente à abrasão. • Palmilha: P.U expandido, anatômica, antibacteriana e confortável. DADOS ESPECÍFICOS • Altura do cano: 12,5cm • Altura do salto: 5,0cm • Altura TOTAL: 17,5cm (baseado no tamanho 40, podendo sofrer alterações). • Peso: 505gr (baseado no PÉ tamanho 40, podendo sofrer alterações). Cor: Bege ou Marrom MEDIDA DA PALMILHA Tam. 37 – 26,0 cm Tam. 38 – 26,5 cm Tam. 39 – 27 cm Tam. 40 – 28 cm Tam. 41 – 28,5 cm Tam. 42 – 29 cm Tam. 43 – 29,5 cm Tam. 44 – 30 cm	PAR	40	139,28	5.571,20
24	CONE BARRIL SINALIZADOR DE TRÁFEGO Cores: Laranja com Faixa Refletiva Branca. Material: Polietileno Dimensões: Altura Total: 1200mm Altura da Base: 280mm Largura da Base: 590mm Diâmetro do Topo: 400mm Peso: 20Kg	UNIDADE	06	256,50	1.539,00
25	CONE DE SINALIZAÇÃO 75cm Cone de sinalização flexível em polietileno com base de borracha, utilizado em vias públicas e em rodovias de todo território nacional. Sua função é controlar e auxiliar a sinalização sempre visando à segurança e a tranquilidade das pessoas. Características técnicas: Cor: laranja com refletivo branco. Material: PVC Altura: 75cm. Possui refletivos.	UNIDADE	30	85,52	2.565,60
26	LANTERNA TÁTICA: Itens inclusos: 1 x Lanterna Tática Bulldog XHP50 T9 1 x Cabo USB (utiiza carregador de celular) 1 x Bateria 26650 1 x Adaptador para pilhas 1 x Adaptador Bateria 18650 1 x Alça de mão 1 x Linda Caixa Tipo Estojo Descrição Técnica: Tipo de LED: XHP50 T9 FLAT Super White Material: Liga de Magnésio Fonte de Energia: Bateria Recarregável 26650 Carregador: 4.2v a 5V (carregador de celular) Padrão de segurança: IPX4 Peso com bateria: 280g Potência luz baixa 1.120.000 Lumens Potência luz média 5.400.000 Lumens Potência máxima 6.480.000 Lumens Comprimento: 16,60cm Diâmetro Frente: 4,0cm Diâmetro Lente: 3,2cm Diâmetro Corpo: 3,3cm Diâmetro Traseira: 3,3cm	UNIDADE	20	132,99	2.659,80



27	JAPONAS IMPERMEÁVEIS PARA CHUVA JAPONAS IMPERMEÁVEIS Japona Operacional Vértice Com Gola, Capuz e Refletivo em Nylon. Emborrachada, impermeável, térmica e Ventilada. Tecido de Nylon emborrachado com uma face em poliamida e a outra em PVC, produto reforçado, costurada em maquina overloque de cinco fios, tornando a vestimenta extremamente resistente ao rasgamento. Todas as costuras são impermeabilizadas internamente por um processo especial de selagem térmica. Vantagens: Alta proteção térmica, 100% impermeável, faixas refletivas utilizadas atendem a NBR 15292, possui bolsos faca na parte externa e ventilada para um melhor conforto térmico. Cor: Laranja TAM: G 14 unidades TAM: M 08 unidades TAM: P 08 unidades	UNIDADE	30	115,29	3.458,70
28	EPI (CALÇA IMPERMEÁVEL) Especificações: Detalhes da vestimenta: Regulagem na cintura através de elástico e cordão com ponteiros de PVC para acabamento. Modelo fornecido com faixas refletivas de 50 mm circulando as pernas. As faixas refletivas utilizadas atendem a NBR 15292. Materiais: Nylon emborrachado, linha, cadarço, elástico, ponteira. Segurança: Normas técnicas: BS EN 343:2003 + A1: 2007, BS 3546:1974. CA (Certificado de Aprovação) TAM: G 14 unidades TAM: M 08 unidades TAM: P 08 unidades	UNIDADE	30	84,34	2.530,20
29	Kit Operador de Motosserra: Itens Inclusos: 1 Blusão 1 Calça 1 Capacete Florestal 1 Par de Luvas tamanho 9(G) FICHA TÉCNICA: BLUSÃO OPERADOR DE MOTOSSERRA:CA. Blusão de segurança de acordo com norma ISO 11.393-6:2007 Blusão de segurança, tipo jaqueta, confeccionado em tecido externo em poliéster, com 10 camadas internas de Proteção em tela de poliéster de ALTA TENACIDADE nos ombros e membros superiores, braços e colarinho, forro em poliéster e algodão, com zíper na parte frontal. CALÇA OPERADOR DE MOTOSSERRA TIPO A - 230° - CPM 3000 - CA. Calça para Operador de Motosserra desenvolvida de acordo norma ISO 11.393-2:1999 específica para oferecer proteção anticorte para o operador de motosserra. Modelo com elástico e cordão para ajuste, confeccionada em tecido externo em poliéster, com 08 camadas internas de proteção em tela de poliéster de ALTA TENACIDADE, posicionadas no ângulo de 230° em torno das pernas do usuário, desde a cintura ao tornozelo, forro interno em poliéster e algodão. CAPACETE SEGURANÇA ACOPLADO PROTETOR	KIT	03	452,61	1.357,83



	<p>AUDITIVO e TELA 8" - CPT 168 Capacete acoplado de protetor auditivo e protetor facial oferece três tipos de proteção distintos. O casco com carneira, desenvolvidos para proteger de impactos sobre o crânio. Suspensão e carneira plástica com regulagem de tamanho ajustável conta também com tira absorvedora de suor. O Abafador de ruídos tipo concha, acoplado ao capacete através de SLOT. As conchas do abafador com pino para ajuste de altura LUVAS DE SEGURANÇA 5 DEDOS - Tam. 9 - CA. Confeccionada em couro vaqueta na palma, e na ponta dos dedos, reforço interno em vaqueta. O dorso e face dos dedos é produzido com nylon e tem elástico no centro para melhor posicionamento da luva. Punho em material dublado para melhor calçar. Indicada para atividades que necessitam de proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes.</p>				
30	<p>1 CINTA 10 TONELADAS 6 METROS DESCRIÇÃO: Material: 100% Poliéster Fator de Segurança 7:1 (7 vezes maior que a sua capacidade) Norma ABNT NBR 15637 – 1: 2012 Cor: Laranja Tipo: Sling Especificações Técnicas: Carga máxima de trabalho: 10 Toneladas Largura: 300mm Comprimento: 6 metros Temp. de trabalho: entre -40°C e + 100°C Fita Dupla Pontas Olhais revestidas Carga de trabalho posição vertical/direta:10,0 tf Carga de trabalho posição força/laço:8,0 tf Carga de trabalho posição cesto/paralela:20,0 tf Carga de trabalho posição cesto/angular até 45°:14,0 tf Carga de trabalho posição cesto/angular 46° até 60°:10,0 tf Massa aproximada (peso):12,18 kg</p>	METRO	06	786,63	4.719,78
31	<p>Cinturão de segurança tipo paraquedista e abdominal: Fabricado em fita de poliéster com costura zig-zag. Argolas de aço em “D” na região dorsal, peitoral, umbilical, nos ombros e nas laterais. Pontos de conexão: dorsal e peitoral para proteção contra queda, lateral para técnica de posicionamento em altura, umbilical e ombro para trabalho de suspensão e sustentação (resgate). Almofadas para conforto nas pernas e lombar. Fivelas em aço para ajustes no suspensório, dorso,</p>	UNIDADE	02	245,45	490,90



	<p>cintura e nas pernas. Mosquetão Oval em aço, para o fechamento do suspensório e porta equipamentos emborrachados nas laterais. Possuir indicador de queda.</p> <p>Aplicações: Retenção de queda, técnica de posicionamento em altura, resgate, e acesso por cordas. Benefícios: Almofadas para conforto nas pernas e lombar; Porta equipamentos; 6 fivelas para ajuste; Retentor de fitas; Indicador de queda; ID CARD e etiqueta de controle para inspeção; Bolsa exclusiva para guarda e conservação</p> <p>Cores; •. Leve e confortável;</p> <p>- Normas: NBR: 15.835 e 15.836:2010</p>				
32	<p>Bota De Pvc:</p> <p>Descrição: Bota impermeável, cano longo tipo C, classe II, produzida com composto polimérico de PVC. Alta flexibilidade e com bom comportamento ao desgaste. Sola com propriedades antiderrapantes, resistente ao escorregamento em piso cerâmico e piso de aço (SRC), e resistente à óleo combustível (FO).</p> <p>Especificações (Certificado de Aprovação). Simbologia: OB SRC FO - NBR ISO 20347:2015. Cor: Preta. Forro: Membrana easily-dried (rápida secagem) Altura: 28cm (base numeração média).</p>	PAR	40	52,13	2.085,20
33	<p>GRAMPO MANILHA</p> <p>Manilha Reta 5/8 Pol com Pino Roscado 3/4 Pol Aço Alloy 3,25</p> <p>Composição do produto:</p> <p>Material: Corpo e pino forjado de Aço Alloy.</p> <p>Detalhes técnicos: Fator de segurança: 6:1. Capacidade de trabalho: 3250 Kgf. Peso: 0,590 Kg. Medidas: Diâmetro do corpo: 5/8 Pol. Diâmetro do pino: 3/4 Pol. Comprimento interno: 53 mm. Largura interna: 28 mm. Largura da abertura: 28 mm. Espessura do pino: 19 mm.</p>	UNIDADE	10	34,72	347,20
34	<p>Cinta para Amarração de Cargas 5000Kg 50mm x 5m com Catraca e 2 Ganchos</p> <p>Destinada ao uso em amarração de carga adequadas, produzida em poliéster de alta tenacidade, com parte fixa com catraca e gancho no formato “J” e parte longa com gancho no formato “J”. Acabamento especial no processo de pigmentação para garantir alta resistência à abrasão, radiação ultravioleta, umidade e ao envelhecimento do tecido.</p> <p>Especificações Técnicas:</p> <p>Carga de trabalho: 5000kg</p> <p>Dimensões (LxC): 50mm x 5m</p> <p>Fator de segurança: 2:1</p>	KIT	03	98,56	295,68



	Adequada a norma: ABNT NBR 15883-2:2015 e resoluções CONTRAN 552/2015 e 631/2016 Conteúdo da Embalagem: 1 Cinta Catraca 2 Ganchos - Garantia: 6 meses ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO				
35	Escada Alumínio Telescópica 5.6m 18 Degraus – Multifuncional Total de Degraus: 18 Altura Máxima: 5.6 metros Material: Alumínio de alta resistência Capacidade de Carga: Até 150kg Garantia: 1 Ano de Fábrica	UNIDADE	01	1.079,33	1.079,33
36	Escada Articulada Multifuncional 4x4 16 Degraus em Alumínio Degraus: 16 Altura Fechada: 1,21m Altura Aberta: 2,18m Altura Esticada: 4,48m Altura Andaime: 1,26m Distância entre os degraus: 24cm Largura: 34cm Peso (kg): 11,90 Suporte de Carga: 150kg Tamanho Para Transporte: 27 x 34 x 1,21m Garantia: 1 Ano de Fábrica	UNIDADE	01	853,09	853,09
37	PROTETOR FACIAL KIT FLORESTAL (CAPACETE+SUPORTE+ABAFADOR+MALHA PLASTICA) CA Capacete de segurança, Tipo II, classe B, com aba frontal casco de polietileno composto por 1 nervura e regulagem de tamanho por catraca ou pinos, Suspensão composta por carneira e coroa em polietileno, polipropileno e poliamida, tipo separáveis. Carneira fixada ao casco através de 08 (oito) pontos de fixação. Tira absorvente de suor de poliuretano e couro sintético. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO	KIT	05	272,20	1.361,00
38	Bastão sinalizador recarregável Possui um cabo confortável com cordão de segurança para maior estabilidade no uso. LUMINOSIDADE Emite luz LED por todo o seu comprimento Possui luz de LED branca na ponta para ser utilizado como lanterna FUNCIONAMENTO Alimentado por 2 pilhas grandes modelo D (inclusas) ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	10	165,32	1.653,20



	Dimensões: 54 x 4 cm Cor: laranja LED: branco PESO: 200 GRAMAS				
39	PISCA DE ADVERTÊNCIA GLOBO Pisca de advertência globo, fabricado em polietileno flexível de alta densidade, com proteção contra raios UV. Possui sistema fotocélula, com 4 Led's de alto brilho alimentado por 4 pilhas AA, durabilidade estimada em 180 horas, acionamento através de botão liga e desliga. Base com encaixes para cones, super cones, barreiras, cavaletes e balizadores. Cúpulas na cor vermelho	UNIDADE	10	155,13	1.551,30
40	Calça Tática à Prova de Vento e Água com Bolsos Múltiplos Cintura Média Tamanho Grande: Sim Tipos de ajuste de calças: Slim Fit Estampa: Lisa Material: Poliéster Descrição do produto Cor: Preto ou Cáqui Tamanho: P, M, G, GG Composição: 100% Poliéster Comprimento: Regular Detalhes: Bolsos múltiplos Estampa: Cor sólida Tecido: Não Elástico Estação: Todas as estações Estilo: Casual P = 05 un M = 05 un G = 12 un GG = 08 un	UNIDADE	30	246,03	7.380,90
41	CAVALETE 1M X 1M Cavelete plástico desmontável, fabricado em polietileno de baixa densidade, com proteção contra raios UV, resistente a intempéries (sol e chuva), possui 1,03 m de altura X 1 m de comprimento X 90 cm de largura. Dispõe de 2 vigas de 17 cm de largura, com refletivo adesivo de alta visibilidade, e rebaixo para proteção das mesmas, dos dois lados da peça. Possui orifício superior para encaixe de Pisca de advertência externo (sinalizador noturno). Com enchimento mineral (areia) nas laterais, peso de aproximadamente 6,5 kg até 25 kg. COR: Laranja	UNIDADE	06	326,35	1.958,10
42	Capacete Classe A - Tipo III escalada em rocha, resgate, alpinismo e espeleologia, podendo ser utilizado entre temperaturas de -19° até 49°.	UNIDADE	04	219,99	879,96



<p>Fabricado em ABS (acrilonitrila butadieno estireno) com tratamento UV, leve e confortável, possuir fitas antialérgicas, testeira acolchoada, suportes para lanterna e encaixe para viseira, protetor auricular e encaixe para protetor de nuca. Ventilação frontal, laterais e traseira protegidas por telas, proporcionando alta ventilação. Resistência que assegura proteção ao usuário. Com encaixe para fixação do protetor de nuca, elemento refletivo na parte traseira e amortecedores laterais e frontais. Especificação Técnica: Casco: ABS Regulagem de Tamanho: 54cm a 62cm Jugular: Regulável Sistema de Regulagem: Catraca Certificado: CA</p>				
---	--	--	--	--

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma LICITANET.

2.2 – Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento na Plataforma Licitanet.

2.3 – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6 – Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16, da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7 – DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS.

2.7.1 – Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a licitante deverá apresentar comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, explicitando:

a) a composição e o percentual de participação de cada empresa integrante;

b) o objetivo da consorciação;



- c) o prazo de duração do consórcio não inferior ao da duração do contrato/ata de registro de preço;
- d) a indicação da empresa líder do consórcio e de poderes expressos para a empresa líder se relacionar com a administração, receber citação e responder administrativa e/ou judicialmente pelas demais consorciadas, bem como para representar o consórcio em todas as fases da presente licitação, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, receber e dar quitação, firmar contratos e praticar todos os atos necessários visando à perfeita execução do objeto do contrato;
- e) a declaração de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados sob consórcio em relação a presente licitação, e ao eventual contrato dela decorrente;
- f) as obrigações das consorciadas, dentre as quais o de que cada consorciada responderá isolada e solidariamente por todas as exigências pertinentes ao objeto da presente licitação, até a extinção do contrato dela decorrente;
- g) que o consórcio não terá sua constituição ou composição alterada sem a prévia e expressa anuência da contratante;
- h) a designação do representante legal do consórcio.

2.7.1.1 – O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem anterior.

2.7.2 – O licitante deverá realizar a indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

2.7.3 – A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

2.7.4 – Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

2.7.5 – Fica impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

2.7.6 – A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

2.8 – NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

2.8.1– aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2 – autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3 – empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável



técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4 – pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5 – aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6 – empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7 – pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8 – Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9 – O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10 – A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11 – Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12 – O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13 – Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14 – A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 – DO PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – O presente certame licitatório é destinado ao registro de preços e não obriga a Administração Pública (representada pelas Secretarias e Fundos) a firmarem contratações, podendo ocorrer licitações específicas para contratação de um ou mais itens, ficando assegurado ao detentor do registro à



preferência no fornecimento, em igualdade de condições, em caso de menor preço.

3.2 – Ao licitante vencedor do item, fica assegurada a preferência em igualdade de condições com os demais licitantes ocorrentes em futuros certames ou mediante utilização de quaisquer outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações durante o prazo de validade do registro de preços.

3.3 – O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para o registro formal de preços relativos à eventual e futura contratação.

3.4 – A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso de futura contratação em que se registram os preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas.

4- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. – Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

4.2. – A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3 – Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, **exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas** (art. 55,§1º, da Lei 14.133/2021).

4.4 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do pregão eletrônico, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.5 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

4.6 - Não será aceita em hipótese alguma petição contra o ato convocatório sem assinatura do responsável legal ou preposto da empresa.

4.7 - Os pedidos de impugnação, bem como a sua decisão, deverão ser no sistema, antes da data e horários previstos para abertura da sessão pública e estarão disponíveis no site <https://www.licitanet.com.br/>, para consulta dos fornecedores e da sociedade.

4.8 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.8.2 - A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação-

5 - DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. O certame será conduzido pelo (a) Pregoeiro (a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

5.1.1. Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

5.1.2. Coordenar a sessão pública e o envio de lances;

5.1.3. Verificar e julgar as condições de habilitação;

5.1.4. Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

5.1.5. Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;



5.1.6. Indicar o vencedor do certame;

5.1.7. Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

5.1.8. Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

6. DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL LICITANET

6.1. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.

6.2. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>.

6.2.1. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema LICITANET - Licitações online poderá ser esclarecida, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 18:00 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site <https://www.licitanet.com.br/>.

6.2.2. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014-6633, (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

7. DA PARTICIPAÇÃO

7.1 A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços (sem qualquer informação que identifique o licitante) por meio do sistema eletrônico no sítio <https://www.licitanet.com.br/>, opção "Login" opção “Licitação Pública” “Sala de Negociação”.

7.2 O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal “<https://www.licitanet.com.br/>”, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário limite para o início da sessão, e os documentos de habilitação exigidos no edital, dentro do prazo em que forem solicitados.

8.2. O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.3. As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

8.3.1. Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

8.3.1.1. Os itens ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

8.3.2 - Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse da Administração esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

8.4. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **VALOR TOTAL OU VALOR UNITÁRIO** do item;



8.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, a depender do objeto da contratação (aquisição ou serviço):

8.5.1 - Marca;

8.5.2-Fabricante;

8.5.3- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável: o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

8.5.4- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

8.5.4.1 - O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

8.5.5 – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.5.5.1 - A Administração não reembolsará ou indenizará qualquer custo operacional, tais como: frete, depósito, guarda de material e/ou bens; encargos previdenciários, trabalhistas, tributários e comerciais; bem como quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.5.6 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.5.8 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo órgão de controle externo, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8.6- Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá preencher os campos apropriados do sistema da LICITANET, **SENDO VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE POR QUALQUER MEIO.**

8.6.1-Verificar a condição da empresa caso ela seja ME/EPP e informar em campo próprio da plataforma LICITANET - Licitações online.

8.6.2-O licitante deverá apresentar a **PROPOSTA (sem elementos que o identifique).**

8.6.3-**Na hipótese de o objeto ser de marca própria do licitante, orientamos que conste, no caso de exigência, expressões como: “próprio”, sob pena de desclassificação.**

8.7. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre os itens licitados.

8.8 – O Setor Requisitante fará a análise da marca indicada na Proposta, quando tratar-se de aquisição.



8.8.1 – A etapa de encaminhamento da documentação será realizada após a fase final de lances e negociação, quando o fornecedor será declarado vencedor no item, e deverá ser inserido na plataforma dentro do prazo de 02 (duas) horas por meio de uso da chave de acesso e senha, intransferíveis.

8.8.2 – O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

8.8.3 – A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções legais cabíveis.

8.8.4 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.8.5 – Os documentos de habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do (a) Pregoeiro (a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances e negociação.

8.9 - Franqueada vista aos interessados e decorrido o prazo de 10 (dez) minutos, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso quanto à proposta.

8.10 A etapa de encaminhamento da documentação será encerrada com a abertura da sessão pública.

8.10.1 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação (original) exigidos, **deverá ser ENVIADO na ordem em que foram solicitados**, por meio de uso da chave de acesso e senha, intransferíveis.

8.10.2 Os documentos complementares, a proposta e a habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, exclusivamente pelo sistema, observado o prazo de 02 (duas) horas, conforme o § 2º do art. 38 do Decreto Federal 10.024/2019.

8.10.3 O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.10.4 As propostas de preços registradas no Sistema LICITANET, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1- A partir da data e horário definidos para abertura do presente certame, em conformidade com o estabelecido neste Edital, o (a) Pregoeiro (a) abrirá a sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data e horário indicados neste Edital, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital.

9.1.1 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

9.2 - O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

9.3- As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até a data e horário definido para abertura da sessão pública, conforme indicação neste edital.

9.4 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.5 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.



9.6 - Ocorrerá o início da etapa de lances, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br, conforme Edital, devendo os licitantes encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

9.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.7.1- O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10.

9.7.2- A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.7.3 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.7.4- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.7.5- Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) Pregoeiro (a), auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.7.6- Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.8- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.9- Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.10- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.11- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.12- Caso haja desconexão com o (a) Pregoeiro (a) no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o (a) Pregoeiro (a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.13- Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação expressa aos participantes via “chat” do sistema eletrônico, onde será designado novo horário para a continuidade da sessão.

9.14- O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal “<https://www.licitanet.com.br>”, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

9.15- Dos benefícios das ME's, EPP's e EQUIPARADAS, na fase competitiva

9.15.1 - O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



9.15.2 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.15.3 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.15.4 – Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.15.5 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.15.6 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos nas condições anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação, a licitante for considerada habilitada e tiver sua amostra aceita, se for o caso.

9.16- Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17- Após o encerramento da fase de lances e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, o (a) Pregoeiro (a) negociará a redução do preço com o seu detentor, para obtenção de condições mais vantajosas, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

9.18- Após a DISPUTA do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta pelo critério de “menor preço por item”, podendo negociar, pelo sistema eletrônico, encaminhando contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor por item, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

9.19- A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.20- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.21- O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.22- O (a) Pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.23- É facultado o (a) Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.24- Encerrada a disputa, o (a) Pregoeiro (a) comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da Lei 14.133/2021. O (a) Pregoeiro (a) verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação.



- 9.25- A inobservância aos prazos elencados neste edital, ou ainda o envio da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).
- 9.26- Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o (a) Pregoeiro (a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.
- 9.27- Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.
- 9.28- Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.
- 9.29- Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados.
- 9.30- No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 9.30.1- A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do (a) Pregoeiro (a), que comprove:
- 9.30.1.1- que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.30.1.2- inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.31- Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do art. 59 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, o seguinte procedimento:
- 9.31.1- Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- 9.31.2- Os referidos custos poderão ser comprovados, por exemplo, pela apresentação de Notas Fiscais ou por contrato, acompanhado da planilha de custos e notas fiscais.
- 9.32- O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas decimais (0,00).
- 9.33- Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, inclusive as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame pelo (a) Pregoeiro (a).
- 9.34- Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 9.35- No julgamento da habilitação e das propostas, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1- Após a fase final de lances e negociação e declarado vencedor do item, o licitante deverá enviar os documentos relativos à Habilitação no prazo de 02 (duas) horas.
- 10.2- Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o (a) Pregoeiro (a)



comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da Lei 14.133/2021. O (a) Pregoeiro (a) verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação.

10.3- No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos neste edital a contar da convocação pelo (a) Pregoeiro (a) através do chat de mensagens.

10.4- A inobservância aos prazos elencados neste edital, ou ainda o envio dos documentos de habilitação com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante.

10.5- A documentação exigida para a habilitação poderá ser apresentada em original, por cópia ou publicação em órgão da imprensa oficial. Em caso de dúvidas quanto a veracidade/autenticidade do documento poderá ser verificada pela Equipe de Apoio, através de consulta via Internet aos “sites” dos órgãos emitentes dos documentos, conforme Acórdão 2036/2022 – Plenário do TCU.

10.6- Franqueada vista aos interessados e decorrido o prazo de 10 (dez) minutos, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso.

10.7- O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o (a) Pregoeiro (a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou lance subsequente.

10.8- A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

10.9- Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.10- Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.11- Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.12- O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.13- Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.13-1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.13-2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.14- Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



10.15- Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.16- Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.17- A empresa detentora da proposta de menor preço por item deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios de habilitação e qualificação:

10.18 - Habilitação jurídica

10.18.1 - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.18.2 - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.18.3 - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.18.4 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.18.5- **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

10.18.6 - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.18.7 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.18.8 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.19 - Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.19.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.19.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.19.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.19.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



10.19.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal e/ou estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.19.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.19.7 – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais;

10.19.8 – Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, caso tenha sede no Estado do Rio de Janeiro.

10.19.9- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.19.10 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.20 - Qualificação Econômico-Financeira

10.20.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

10.20.2 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.20.3 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.20.4 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.20.5 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.20.6 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos conforme definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.20.7 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 2 % (dois por cento) do valor total estimado da contratação.

10.20.8 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º)

10.21 - Qualificação Técnica

10.21.1 - Comprovação de capacidade técnico-operacional, através de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, em favor da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, assinado por representante legal ou funcionário autorizado, discriminando o teor da contratação e os dados da contratada, que comprove que a licitante forneceu itens em prazo, características e quantidades compatíveis os descritos no instrumento convocatório e seus anexos.

11 - DEMAIS DOCUMENTOS



11.1 Declaração conjunta, expressa, de que o licitante:

- a) não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99);
- b) declaração de enquadramento em ME ou EPP;
- c) Se o licitante participante for Microempreendedor Individual deverá apresentar o Certificado da Condição caso queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 ou a Declaração de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP;
- d) detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital;
- e) não incursa nos impedimentos de que trata o artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- g) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, definidas do Edital;
- h) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;
- i) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- j) que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, de acordo com os dispositivos legais;
- k) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- l) a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou representantes com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, de gestores públicos (servidores e agentes políticos) ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Bom Jardim – RJ, envolvidos no procedimento licitatório.
- m) de idoneidade
- n) declaração de que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa e que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- o) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

11.2- Os documentos que não tiverem data de validade serão considerados válidos se emitidos nos 60 (sessenta) dias anteriores à data da entrega dos envelopes, COM EXCEÇÃO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS: CNPJ, prova de inscrição no cadastro dos contribuintes municipal e/ou estadual, os comprobatórios da habilitação jurídica, ou quando for o caso.

12 - DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

12.1- Às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte serão aplicadas as disposições da Lei Complementar nº 123/06.



12.2- Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.2.1 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.2.2 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e, uma vez constatada a existência de alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresas ou de empresas de pequeno porte que tenham formalizado solicitação para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal 123/06, alterada pelas Leis 147/14 e 155/16, será assegurado às mesmas empresas o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for adjudicado vencedor do certame e/ou comunicado pelo (a) Pregoeiro (a), prorrogáveis por igual período - a critério único dessa Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e apresentação de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

12.2.3 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou anular a licitação.

12.2.4 Todas as declarações assinadas pelos proponentes deverão observar a necessidade de comprovar serem seus subscritores representantes legais da empresa, caso tais comprovações já não tenham sido apresentadas anteriormente neste processo licitatório.

12.2.5 - A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, alterada pelas Leis 147/14 e 155/16, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais.

12.2.6 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.3 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.4 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital o licitante será declarado provisoriamente em primeiro lugar.

13. DOS RECURSOS

13.1 Proferida a decisão que declarar o vencedor na Plataforma LICITANET, o (a) PREGOEIRO (A) INFORMARÁ AOS LICITANTES, POR MEIO DA PLATAFORMA, QUE PODERÃO INTERPOR RECURSO imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, em campo próprio disponibilizado no sistema <https://www.licitanet.com.br/>, sob pena de preclusão;

13.2 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3 O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.



c) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

d) Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.5 Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, no sítio <https://www.licitanet.com.br/>, opção RECURSO, observados os prazos estabelecidos.

13.6 A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito de recurso e o (a) Pregoeiro (a) remeterá o processo à autoridade competente, propondo a adjudicação do objeto do certame ao vencedor e a homologação do procedimento licitatório.

13.7 Na hipótese de interposição, o recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos

13.8 O recurso contra decisão do (a) pregoeiro (a) terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.9 Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

13.10 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.11 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.13 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.14 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, no que tange a fase externa.

13.15 No que tange a parte que não for referente ao sistema, deverá ser formalmente solicitada vista dos autos, via Protocolo na Prefeitura Municipal de Bom Jardim/RJ, situado à Praça Governador Roberto Silveira, 44, Centro, Bom Jardim/RJ, sendo devidamente protocolizada e dirigida à Procuradoria Jurídica do Município de Bom Jardim/RJ.

13.16- O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes.

14 - DO REGISTRO DE PREÇOS, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1 – DO REGISTRO DE PREÇOS

As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

15 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



15.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

15.2.1 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.2.2 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.2.3 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

15.2.4 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

16 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

16.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

16.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

16.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

16.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores/prestadores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

16.2.3 A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

16.2.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a) Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

17.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

17.2 Nas hipóteses de provimento de recurso que acarrete na anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.2.1 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

17.3 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

17.4 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão de eventuais recursos apresentados.

18.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

19 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Vide Termo de Referência

20 – SUBCONTRATAÇÃO

Vide Termo de Referência

21 – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Vide Termo de Referência

22 - EXECUÇÃO DO OBJETO

Vide Termo de Referência

23 – GESTÃO CONTRATUAL

Vide Termo de Referência

24 – OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

Vide Termo de Referência

25 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Vide Termo de Referência

26 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Vide Termo de Referência

27 – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Vide Termo de Referência

28 – CANCELAMENTO/REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Vide Termo de Referência

29 – DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA CONTRATUAL



29.1 – Uma vez homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar e retirar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sendo cientificada de que sua omissão ensejará decaimento do direito à contratação, sem prejuízo à aplicação das penalidades dispostos no instrumento convocatório e seus anexos.

29.2 – Alternativamente ao comparecimento perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato, a licitante vencedora poderá enviar o termo de contrato ou aceite assinado mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou por meio eletrônico com a respectiva assinatura digital, cujo marco do cumprimento será contado a partir da data de postagem.

29.3 – O aceite de nota de empenho ou instrumento equivalente, emitida à licitante vencedora, implica no reconhecimento que:

29.3.1 – A nota ou instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133/21;

29.3.2 – A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no instrumento convocatório e seus anexos.

29.4 – O prazo para assinar, aceitar ou retirar o termo de contrato ou instrumento equivalente será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, desde que solicitado pela parte durante o seu transcurso e tenha ocorrido fato justificado aceito pela Administração.

29.5 – Serão aceitos os contratos assinados de forma eletrônica, desde que a assinatura digital seja reconhecida pelo sistema brasileiro de certificação digital, operado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras- ICP-Brasil.

29.6 – Como requisito para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas no instrumento convocatório e seus anexos.

30 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

30.1- Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

30.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

30.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) deixar de apresentar amostra, quando solicitado e compatível com o objeto contratual;

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

30.1.3- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

30.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

30.1.4- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

30.1.5- fraudar a licitação

30.1.6- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 30.1.7- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 30.1.8- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 30.2- Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) impedimento de licitar e contratar e
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 30.3- Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - b) as peculiaridades do caso concreto
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 30.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.
- 30.5- As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 30.6- Na aplicação da sanção de multa será concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial, para recolhimento da multa fixada e/ou apresentação de defesa do interessado.
- 30.7- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 30.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 30.8- A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 30.9- Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



30.10- Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

30.11- O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

30.12- aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

30.13 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 30.1.1, 30.1.2 e 30.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Bom Jardim, pelo prazo máximo de 3 (três) anos

30.14 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 30.1.4, 30.1.5, 30.1.6, 30.1.7 e 30.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 30.1.1, 30.1.2 e 30.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

31 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1- Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

31.2- A simples participação na presente licitação, caracterizada pela inscrição e credenciamento para participar do pregão, implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital e de seus anexos, aos quais se submete; implica, também, no reconhecimento de que este instrumento convocatório e seus anexos caracterizaram perfeitamente o objeto do certame, sendo os mesmos suficientes para a exata compreensão do objeto e para seu perfeito atendimento, não cabendo, posteriormente, o direito a qualquer indenização.

31.3- A fidelidade e legitimidade de todos os documentos, informações e declarações prestadas em atendimento às normas deste instrumento editalício sujeitam-se às penas da lei. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado; ou, caso tenha sido avencedora, na rescisão do ajuste, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

a. Cada proponente arcará com todos os custos diretos ou indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado deste procedimento licitatório.

b. As comunicações decorrentes de eventuais recursos, bem como quaisquer outras comunicações poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, dar-se-ão por meio de publicações no link <https://www.bomjardim.rj.gov.br> e <https://www.licitanet.com.br/>.

c. O (a) Pregoeiro (a), se entender conveniente ou necessário, poderá utilizar-se de assessoramento técnico e específico para tomar decisões relativas ao presente certame licitatório, o qual se efetivará através de parecer formal que integrará o respectivo processo.

d. As normas disciplinadoras deste pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do procedimento e dos futuros ajustes dele decorrentes.

e. Muito embora os documentos estejam apresentados de forma individualizada, todos eles se completam, sendo que cada proponente deverá, para a apresentação de PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, bem como eventuais outros documentos, ao se valer do edital e anexos, inteirar-se de sua composição, tomando conhecimento, assim, das condições administrativas



e técnicas que nortearão o desenvolvimento do certame e a formalização da contratação, de sorte que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados, ainda que não repetidos em outros.

f. O (a) Pregoeiro (a), conforme o caso poderá, no interesse da Administração Pública, relevar aspectos puramente formais nas propostas e nos documentos de habilitação apresentados pelas licitantes, desde que não comprometa a lisura e o caráter competitivo desta licitação.

g. Reserva-se ao (à) Pregoeiro (a) o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.

h. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para recebimento de propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

i. Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo (a) Pregoeiro (a) ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislação aplicáveis.

j. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Comarca de Bom Jardim/RJ.

k. É responsabilidade do Licitante, o acompanhamento de todos os andamentos do presente processo licitatório pelos links: <https://www.bomjardim.rj.gov.br> e <https://www.licitanet.com.br/>.

l. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

m. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

n. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

o. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

p. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

q. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

r. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

s. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.bomjardim.rj.gov.br> e <https://www.licitanet.com.br/>.

32– ANEXOS DO EDITAL:

32.1- ANEXO I – Termo de Referência

32.2 - ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

32.3 - ANEXO III – MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



32.4 - ANEXO IV – Declaração conjunta, expressa, de que o licitante: (a) não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99); (b) detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital; e (c) não incursa nos impedimentos de que trata o artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

32.5 - ANEXO V – CARTA DE CREDENCIAMENTO (modelo)

32.6 - ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

Patrícia de Oliveira Erthal
Coordenadora de Gestão e Compras

Gilberto Pena Figueira
Secretaria Municipal de Defesa Civil

Luiz Carlos dos Santos
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2025
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA UNIFICADO

Processos nº 1585/2025 – SMDC e nº 1350/2025 - SMOI

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1-O presente Termo de Referência destina-se a estabelecer os parâmetros mínimos para eventual e futura aquisição de **EPIs, EPC E MATERIAL DE CONSUMO**, através do Sistema de Registro de Preços, atendendo à demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e da Secretaria Municipal de Defesa Civil.

1.1 - DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE MEDIDA	QUANT. MINIMA	QUANT. MÁXIMA	REQUISITANTE
1	Óculos proteção, material armação: policarbonato e nylon, tipo proteção: lateral, material proteção: policarbonato, tipo lente: anti-risco, anti embaçante, cor lente: incolor, características adicionais: com cordão de segurança, hastes de cor preta, material lente: policarbonato.	399611	UNIDADE	01	80	SMOI (1350/25)
2	Óculos proteção, material armação: nylon regulável, tipo proteção: lateral, tipo lente: policarbonato, cor lente: verde.	281881	UNIDADE	01	30	SMOI (1350/25)
3	Luva segurança, material: vaqueta, tamanho: GG, aplicação: segurança e proteção individual. características adicionais: duplo reforço com punho feito em raspa, espessura: 2 mm, comprimento: 27cm, largura: 12,5 cm, tipo: petroleira	449497	UNIDADE	21	150	SMOI (1350/25) 100 un SMDC (1585/25) 50 un
4	Mascara de solda automática, visor de 93x43mm, 2 sensores frontais, Din 9-13 ajustável, função esmerilhar, retardo e sensibilidade ajustáveis, bateria substituível, led de bateria baixa, função teste ADF	613684	UNIDADE	01	02	SMOI (1350/25)
5	Luva para eletricista isolante de borracha, tipo 2 classes 00, para tensão máxima de uso 500v tamanho 10.	614889	UNIDADE	01	02	SMOI (1350/25)



6	Botina segurança , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bi densidade, modelo: sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobrel com solado em poliuretano bi densidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta.	NÃO LOCALIZADO	PAR	01	280	SMOI (1350/25) Tamanho/Quantidade 39 = 50 40 = 40 41 = 50 42 = 50 43 = 40 44 = 30 45 = 10 46 = 10
7	Avental de soldador, material: raspa de couro, comprimento: 1,20m, largura: 0,70m, inteiriço, sem emendas, com fivelas e tiras de ajuste, com mangas longas tipo Barbeiro	440995	UNIDADE	01	06	SMOI (1350/25)
8	Perneira de segurança confeccionada em raspa de couro, fechamento em velcro na vertical, metatarso em raspa com duas tiras em raspa e fivela metálica nas partes superiores e inferiores.	221214	PAR	02	09	SMOI (1350/25) 06 pares SMDC (1585/25) 03 pares
9	Máscara Facial Respirador C/ 2 Filtros Gases Ácidos Vapores. Respirador reutilizável semifacial, filtro duplo, com corpo moldado em elastômero sintético no tamanho médio, com tirantes fixos. MÁSCARA: O corpo do respirador é moldado em elastômero sintético atóxico, ultramacio, com bordas internas almofadadas. Possui uma válvula de inalação e duas de exalação. A aranha frontal de fixação, o conector para filtro, as válvulas e os cartuchos são fabricados em plástico resistente ao calor. Oferece fixação à face em quatro pontos, através de tirantes elásticos móveis com regulagem de pressão proporcionada pela variação de comprimento, através de passadores em plástico resistente. O filtro químico é composto por carvão ativado granulado, contido em um cartucho plástico. Filtro químico Classe 1 é eficaz contra vapores orgânicos e gases ácidos.	336783	UNIDADE	01	02	SMOI (1350/25)



10	Kit 2 Filtros Refil Cartucho Máscara Respirador Químico Vapores Orgânicos e Gases Ácidos Filtros químicos, composto por carvão ativado granulado envolvido por um cartucho plástico. Filtro químico Classe 1 contra vapores orgânicos e gases ácidos até 1000ppm, cloro até 10ppm e ácido clorídrico ou dióxido de enxofre até 50ppm ou 10 vezes o seu limite de tolerância ou até a concentração IPVS, o que for menor.	290968	PAR	01	15	SMOI (1350/25)
11	Suporte facial com catraca constituído de coroa e carneira de material plástico, com regulagem de tamanho através de catraca, malha 8"x12", fabricado em tela de aço com cerca de 310mm de largura e 195mm de altura	476182	UNIDADE	01	30	SMOI (1350/25)
12	Abafador de ruído auricular tipo concha, haste em aço-mola inoxidável eletricamente isolada, concha com revestimento em TPU, concha em plástico ABS, nível de atenuação 23 dB	342197	UNIDADE	01	50	SMOI (1350/25)
13	Capa de proteção contra chuva e confeccionada em PVC impermeável com forro em poliéster, costura de solda eletrônica, com manga longa e capuz, fechamento frontal com quatro botões de pressão.	477889	UNIDADE	21	250	SMOI (1350/25) 150 un SMDC (1585/25) 100 un



14	Bota cano longo PVC , impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	620540	PAR	01	150	Tamanho /Quantidade 40 = 30 41 = 40 42 = 40 43 = 40 SMOI (1350/25) 150 un
15	<u>Fita de isolamento</u> Fita de sinalização e segurança utilizada para isolar e sinalizar áreas é produzida em filme de PEBD de baixa densidade sem adesivo e impresso na cor preta e amarela, fita com espessura de 50 e colocada num tubete de papelão com largura de 70 mm. Características: Tamanho: 200m X 70mm Cor: preto e amarela Quantidade: 100 rolos .	NÃO LOCALIZADO	ROLO	50	150	SMDC (1585/25)
16	<u>LIMAS</u> 02 Kits Com 12 unidades Lima Para Amolar Afiar Motosserra tamanho 8"X7/32"-20X5,5MM,redonda ferramenta perfeita para manter a sua motosserra em perfeitas condições. Este kit é composto por 12 limas redondas de aço carbono, um material resistente e durável que garante um afiamento eficaz e preciso estas limas são ideais para trabalhar com precisão, permitindo-lhe afiar a sua motosserra de forma rápida e eficiente. O seu peso leve de 19g torna-as fáceis de manusear, proporcionando um maior conforto durante o uso.	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	12	24	SMDC (1585/25)
17	<u>ROLO CORRENTE MOTOSSERRA</u> Passo: 3/8" Quantidade de dentes: 820 Comprimento: 100 pés (30,5 mts) Calibre :1.6mm - 0,063" Lima recomendada: 7/32" Perfil do dente: Semi-Quadrado Guia Simples Conteúdo Embalagem: 01 rolo com 820 dentes Pacote com emendas e elos Caixinhas para Loop	NÃO LOCALIZADO	ROLO	01	02	SMDC (1585/25)



18	<p><u>CORDA BOMBEIRO</u> _Nr18 Tipo Bombeiro 12mm. Em Poliamida Bobina 200 Metros. Corda constituída em trançado triplo e alma central. Trançado externo em multifilamento de Poliamida trançado intermediário e o alerta visual na cor amarela em multifilamento de polipropileno ou poliamida na cor amarela com o mínimo de 50% de identificação, não podendo ultrapassar 10% da densidade linear. Traçado interno em multifilamento de poliamida e alma central torcida em multifilamentos de poliamida. Possui identificação interna gravada NR 18.16,5 ISO 1140 1990. A corda de segurança NR18 foi desenvolvida exclusivamente para uso em Cadeira Suspensa e Cabo Guia de Segurança para Fixação do Trava-quedas; conforme publicação da Secretaria de Inspeção do Trabalho / Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, inserido na Norma Regulamentadora 18 – Portaria nº 13 de 09 de Julho de 2002. Uso recomendado: Corda para uso especifica em cadeiras suspensas e fixação de trava quedas. Carga de Ruptura.20kn = 2.038(kgf).Cabo sem capa externa (mínimo) 15kn = 1.529(kgf) Diâmetro nominal (mínimo) : 12,0mm. Desvio limite : +0,5mm. Fita inserida na alma gravada NR 18.16,5 ISSO 114</p>	NÃO LOCALIZADO	METRO	200	600	SMDC (1585/25)
19	<p><u>LUVAS DE BORRACHA ALTA VOLTAGEM</u> Luva isolante para alta tensão. Classe da luva: 3;• Cor da marcação: verde ;Cor da luva: preta; Resistente a ozônio (O³); Tensão de ensaio: 30 KV; Tensão máxima de uso: 26.500 V;. Tamanho G</p>	NÃO LOCALIZADO	PAR	01	03	SMDC (1585/25)
20	<p><u>MOCHILAS TÁTICA</u> Modelo: PQD (Paraquedista) Cor: LARANJA OU AZUL</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE		30	



	<p>Material: Tecido Nylon Poli 600 Fechamento Superior: Corda e Zíper Bolsos: Bolso superior com fechamento em zíper Bolso do lado esquerdo e direito com regulador Bolso traseiro para acoplagem de acessório, oferecendo mais rigidez à postura. Alças: Duas alças reguláveis em Nylon Poli 600 com revestimento interno em espuma Pack 6 mm para melhor conforto. Alça com fita torácica e abdominal para melhor ajuste. Suportes para Fixação de Acessórios: Possui suportes estrategicamente posicionados para fixação de acessórios adicionais. Medidas Aproximadas: Comprimento: 60 cm Largura (frontal/externa): 34 cm Lateral (espessura): 20 cm Volume Aproximado: 45 Litros</p>			10		SMDC (1585/25)
21	<p><u>LUVAS DE PROTEÇÃO DE COURO</u> Luvas fabricada em couro materiais de alto desempenho e costurada com fios de aramida. Conforto e segurança Revestimento interno especial. Proteção térmica superior – Oito vezes maior que as luvas tradicionais de raspa, vaqueta ou lona. Até 500°C com intermitência de 15 segundos, de acordo com o ensaio da norma EN 407*. maior produtividade e redução no intervalo de tempo por parte soldada melhora significativa nos trabalhos de soldagem contínua, melhor opção para trabalhos em soldas diversas (Eletrodos, MIG, Oxi-Acetilênica, Dentre outros processos). Maior resistência e durabilidade.</p>	NÃO LOCALIZADO	PAR	20	50	SMDC (1585/25)
22	<p><u>ÓCULOS DE PROTEÇÃO</u> DESCRIÇÃO Óculos de segurança com lente de proteção em policarbonato com tratamento antirrisco, antiembaçante e UV, armação convencional com revestimento interno em borracha macia. DESCRIÇÃO TÉCNICA OCULOS</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	05	20	SMDC (1585/25)



	Tratamento antirrisco e antiembaçante Revestimento interno em borracha macia para maior conforto O tirante elástico concede um ajuste confortável Certificado de aprovação.																																													
23	<p>BOTAS DE SEGURANÇA DESCRIÇÃO TÉCNICA</p> <ul style="list-style-type: none">• Cabedal: Couro legítimo de alta durabilidade.• Forro: Poliéster respirável com tratamento antibacteriano.• Atacador: Cadarço trançado em poliéster de alta resistência.• Passadores: Nylon reforçado, garantindo durabilidade.• Biqueira: Rígida em Termoplástico.• Solado: Micro expandido, leve, antiderrapante e resistente à abrasão.• Palmilha: P.U expandido, anatômica, antibacteriana e confortável. <p>DADOS ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none">• Altura do cano: 12,5cm• Altura do salto: 5,0cm• Altura TOTAL: 17,5cm (baseado no tamanho 40, podendo sofrer alterações).• Peso: 505gr (baseado no PÉ tamanho 40, podendo sofrer alterações). <p>Cor: Bege ou Marrom</p> <p>MEDIDA DA PALMILHA</p> <table><tr><td>Tam.</td><td>37</td><td>–</td><td>26,0</td><td>cm</td></tr><tr><td>Tam.</td><td>38</td><td>–</td><td>26,5</td><td>cm</td></tr><tr><td>Tam.</td><td>39</td><td>–</td><td>27</td><td>cm</td></tr><tr><td>Tam.</td><td>40</td><td>–</td><td>28</td><td>cm</td></tr><tr><td>Tam.</td><td>41</td><td>–</td><td>28,5</td><td>cm</td></tr><tr><td>Tam.</td><td>42</td><td>–</td><td>29</td><td>cm</td></tr><tr><td>Tam.</td><td>43</td><td>–</td><td>29,5</td><td>cm</td></tr><tr><td>Tam.</td><td>44</td><td>–</td><td>30</td><td>cm</td></tr></table>	Tam.	37	–	26,0	cm	Tam.	38	–	26,5	cm	Tam.	39	–	27	cm	Tam.	40	–	28	cm	Tam.	41	–	28,5	cm	Tam.	42	–	29	cm	Tam.	43	–	29,5	cm	Tam.	44	–	30	cm	NÃO LOCALIZADO	PAR	20	40	TAMANHO / QUANTIDADE 37 04 39 06 40 10 41 10 42 06 43 04 SMDC (1585/25)
Tam.	37	–	26,0	cm																																										
Tam.	38	–	26,5	cm																																										
Tam.	39	–	27	cm																																										
Tam.	40	–	28	cm																																										
Tam.	41	–	28,5	cm																																										
Tam.	42	–	29	cm																																										
Tam.	43	–	29,5	cm																																										
Tam.	44	–	30	cm																																										
24	<p>CONE BARRIL SINALIZADOR DE TRÁFEGO</p> <p>Cores: Laranja com Faixa Refletiva Branca. Material: Polietileno Dimensões: Altura Total: 1200mm Altura da Base: 280mm Largura da Base: 590mm Diâmetro do Topo: 400mm Peso: 20Kg</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	02	06	SMDC (1585/25)																																								



25	<p>CONE DE SINALIZAÇÃO 75cm Cone de sinalização flexível em polietileno com base de borracha, utilizado em vias públicas e em rodovias de todo território nacional. Sua função é controlar e auxiliar a sinalização sempre visando à segurança e a tranquilidade das pessoas. Características técnicas: Cor: laranja com refletivo branco. Material: PVC Altura: 75cm. Possui refletivos.</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	10	30	SMDC (1585/25)
26	<p>LANTERNA TÁTICA: Itens inclusos: 1 x Lanterna Tática Bulldog XHP50 T9 1 x Cabo USB (utiiza carregador de celular) 1 x Bateria 26650 1 x Adaptador para pilhas 1 x Adaptador Bateria 18650 1 x Alça de mão 1 x Linda Caixa Tipo Estojo</p> <p>Descrição Técnica: Tipo de LED: XHP50 T9 FLAT Super White Material: Liga de Magnésio Fonte de Energia: Bateria Recarregável 26650 Carregador: 4.2v a 5V (carregador de celular) Padrão de segurança: IPX4 Peso com bateria: 280g Potência luz baixa 1.120.000 Lumens Potência luz média 5.400.000 Lumens Potência máxima 6.480.000 Lumens Comprimento: 16,60cm Diâmetro Frente: 4,0cm Diâmetro Lente: 3,2cm Diâmetro Corpo: 3,3cm Diâmetro Traseira: 3,3cm</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	10	20	SMDC (1585/25)
27	<p>JAPONAS IMPERMEÁVEIS PARA CHUVA JAPONAS IMPERMEÁVEIS Japona Operacional Vértice Com Gola, Capuz e Refletivo em Nylon. Emborrachada, impermeável, térmica e Ventilada. Tecido de Nylon emborrachado com uma face em poliamida e a outra em PVC, produto reforçado, costurada em maquina overloque de cinco fios, tornando a</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	10	30	TAM: G 14 unidades TAM: M 08 unidades TAM: P 08 unidades SMDC (1585/25)



	<p>vestimenta extremamente resistente ao rasgamento. Todas as costuras são impermeabilizadas internamente por um processo especial de selagem térmica. Vantagens: Alta proteção térmica, 100% impermeável, faixas refletivas utilizadas atendem a NBR 15292, possui bolsos faca na parte externa e ventilada para um melhor conforto térmico. Cor: Laranja TAM: G 14 unidades TAM: M 08 unidades TAM: P 08 unidades</p>					
28	<p>EPI (CALÇA IMPERMEÁVEL) Especificações: Detalhes da vestimenta: Regulagem na cintura através de elástico e cordão com ponteiros de PVC para acabamento. Modelo fornecido com faixas refletivas de 50 mm circulando as pernas. As faixas refletivas utilizadas atendem a NBR 15292. Materiais: Nylon emborrachado, linha, cadarço, elástico, ponteira. Segurança: Normas técnicas: BS EN 343:2003 + A1: 2007, BS 3546:1974. CA (Certificado de Aprovação) TAM: G 14 unidades TAM: M 08 unidades TAM: P 08 unidades</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	10	30	TAM: G 14 unidades TAM: M 08 unidades TAM: P 08 unidades SMDC (1585/25)
29	<p>Kit Operador de Motosserra: Itens Inclusos: 1 Blusão 1 Calça 1 Capacete Florestal 1 Par de Luvas tamanho 9(G) FICHA TÉCNICA: BLUSÃO OPERADOR DE MOTOSSERRA:CA. Blusão de segurança de acordo com norma ISO 11.393-6:2007 Blusão de segurança, tipo jaqueta, confeccionado em tecido externo em poliéster, com 10 camadas internas de Proteção em tela de poliéster de ALTA TENACIDADE nos ombros e membros superiores, braços e colarinho, forro em poliéster e algodão, com zíper na parte frontal. CALÇA OPERADOR DE MOTOSSERRA TIPO A - 230° - CPM 3000 - CA.</p>	NÃO LOCALIZADO	KIT	01	03	



	<p>Calça para Operador de Motosserra desenvolvida de acordo norma ISO 11.393-2:1999 específica para oferecer proteção anticorte para o operador de motosserra. Modelo com elástico e cordão para ajuste, confeccionada em tecido externo em poliéster, com 08 camadas internas de proteção em tela de poliéster de ALTA TENACIDADE, posicionadas no ângulo de 230° em torno das pernas do usuário, desde a cintura ao tornozelo, forro interno em poliéster e algodão.</p> <p>CAPACETE SEGURANÇA ACOPLADO PROTETOR AUDITIVO e TELA 8" - CPT 168 Capacete acoplado de protetor auditivo e protetor facial oferece três tipos de proteção distintos. O casco com carneira, desenvolvidos para proteger de impactos sobre o crânio. Suspensão e carneira plástica com regulagem de tamanho ajustável conta também com tira absorvedora de suor. O Abafador de ruídos tipo concha, acoplado ao capacete através de SLOT. As conchas do abafador com pino para ajuste de altura LUVAS DE SEGURANÇA 5 DEDOS - Tam. 9 - CA. Confeccionada em couro vaqueta na palma, e na ponta dos dedos, reforço interno em vaqueta. O dorso e face dos dedos é produzido com nylon e tem elástico no centro para melhor posicionamento da luva. Punho em material dublado para melhor calçar. Indicada para atividades que necessitam de proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes.</p>					SMDC (1585/25)
30	<p>1 CINTA 10 TONELADAS 6 METROS DESCRIÇÃO: Material: 100% Poliéster Fator de Segurança 7:1 (7 vezes maior que a sua capacidade) Norma ABNT NBR 15637 – 1: 2012 Cor: Laranja Tipo: Sling Especificações Técnicas: Carga máxima de trabalho: 10 Toneladas Largura: 300mm Comprimento: 6 metros Temp. de trabalho: entre -40°C e + 100°C Fita Dupla</p>	NÃO LOCALIZADO	METRO	06	06	SMDC (1585/25)



	<p>Pontas Olhais revestidas Carga de trabalho posição vertical/direta:10,0 tf</p> <p>Carga de trabalho posição forca/laço:8,0 tf</p> <p>Carga de trabalho posição cesto/paralela:20,0 tf</p> <p>Carga de trabalho posição cesto/angular até 45°:14,0 tf</p> <p>Carga de trabalho posição cesto/angular 46° até 60°:10,0 tf</p> <p>Massa aproximada (peso):12,18 kg</p>					
31	<p>Cinturão de segurança tipo paraquedista e abdominal: Fabricado em fita de poliéster com costura zig-zag. Argolas de aço em “D” na região dorsal, peitoral, umbilical, nos ombros e nas laterais. Pontos de conexão: dorsal e peitoral para proteção contra queda, lateral para técnica de posicionamento em altura, umbilical e ombro para trabalho de suspensão e sustentação (resgate). Almofadas para conforto nas pernas e lombar. Fivelas em aço para ajustes no suspensório, dorso, cintura e nas pernas. Mosquetão Oval em aço, para o fechamento do suspensório e porta equipamentos emborrachados nas laterais. Possuir indicador de queda. Aplicações: Retenção de queda, técnica de posicionamento em altura, resgate, e acesso por cordas. Benefícios: Almofadas para conforto nas pernas e lombar; Porta equipamentos; 6 fivelas para ajuste; Retentor de fitas; Indicador de queda; ID CARD e etiqueta de controle para inspeção; Bolsa exclusiva para guarda e conservação Cores; •. Leve e confortável; - Normas: NBR: 15.835 e 15.836:2010</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	01	02	SMDC (1585/25)
32	<p>Bota De Pvc: Descrição: Bota impermeável, cano longo tipo C, classe II, produzida com composto polimérico de PVC. Alta flexibilidade e com bom comportamento ao desgaste. Sola com propriedades antiderrapantes, resistente ao</p>	NÃO LOCALIZADO	PAR	10	40	TAMANHO // QUANTIDADE 37 04 10 06 11 06 41 18 43 06



	escorregamento em piso cerâmico e piso de aço (SRC), e resistente à óleo combustível (FO). Especificações (Certificado de Aprovação). Simbologia: OB SRC FO - NBR ISO 20347:2015. Cor: Preta. Forro: Membrana easily-dried (rápida secagem) Altura: 28cm (base numeração média).					SMDC (1585/25)
33	GRAMPO MANILHA Manilha Reta 5/8 Pol com Pino Roscado 3/4 Pol Aço Alloy 3,25 Composição do produto: Material: Corpo e pino forjado de Aço Alloy. Detalhes técnicos: Fator de segurança: 6:1. Capacidade de trabalho: 3250 Kgf. Peso: 0,590 Kg. Medidas: Diâmetro do corpo: 5/8 Pol. Diâmetro do pino: 3/4 Pol. Comprimento interno: 53 mm. Largura interna: 28 mm. Largura da abertura: 28 mm. Espessura do pino: 19 mm.	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	02	10	SMDC (1585/25)
34	Cinta para Amarração de Cargas 5000Kg 50mm x 5m com Catraca e 2 Ganchos Destinada ao uso em amarração de carga adequadas, produzida em poliéster de alta tenacidade, com parte fixa com catraca e gancho no formato "J" e parte longa com gancho no formato "J". Acabamento especial no processo de pigmentação para garantir alta resistência à abrasão, radiação ultravioleta, umidade e ao envelhecimento do tecido. Especificações Técnicas: Carga de trabalho: 5000kg Dimensões (LxC): 50mm x 5m Fator de segurança: 2:1 Adequada a norma: ABNT NBR 15883-2:2015 e resoluções CONTRAN 552/2015 e 631/2016 Conteúdo da Embalagem: 1 Cinta 1 Catraca 2 Ganchos	NÃO LOCALIZADO	KIT	01	03	SMDC (1585/25)



	<p>- Garantia: 6 meses ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO</p>					
35	<p>Escada Alumínio Telescópica 5.6m 18 Degraus – Multifuncional Total de Degraus: 18 Altura Máxima: 5.6 metros Material: Alumínio de alta resistência Capacidade de Carga: Até 150kg Garantia: 1 Ano de Fábrica</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	01	01	SMDC (1585/25)
36	<p>Escada Articulada Multifuncional 4x4 16 Degraus em Alumínio Degraus: 16 Altura Fechada: 1,21m Altura Aberta: 2,18m Altura Esticada: 4,48m Altura Andaime: 1,26m Distância entre os degraus: 24cm Largura: 34cm Peso (kg): 11,90 Suporte de Carga: 150kg Tamanho Para Transporte: 27 x 34 x 1,21m Garantia: 1 Ano de Fábrica</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	01	01	SMDC (1585/25)
37	<p>PROTETOR FACIAL KIT FLORESTAL (CAPACETE+SUPORTE+ABAFADOR+MALHA PLASTICA) CA Capacete de segurança, Tipo II, classe B, com aba frontal casco de polietileno composto por 1 nervura e regulagem de tamanho por catraca ou pinos, Suspensão composta por carneira e coroa em polietileno, polipropileno e poliamida, tipo separáveis. Carneira fixada ao casco através de 08 (oito) pontos de fixação. Tira absorvente de suor de poliuretano e couro sintético. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO</p>	NÃO LOCALIZADO	KIT	02	05	SMDC (1585/25)
38	<p>Bastão sinalizador recarregável Possui um cabo confortável com cordão de segurança para maior estabilidade no uso. LUMINOSIDADE Emite luz LED por todo o seu comprimento Possui luz de LED branca na ponta para ser utilizado como lanterna</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	05	10	SMDC (1585/25)



	FUNCIONAMENTO Alimentado por 2 pilhas grandes modelo D (inclusas) ESPECIFICAÇÕES Dimensões: 54 x 4 cm Cor: laranja LED: branco PESO: 200 GRAMAS					
39	PISCA DE ADVERTÊNCIA GLOBO Pisca de advertência globo, fabricado em polietileno flexível de alta densidade, com proteção contra raios UV. Possui sistema fotocélula, com 4 Led's de alto brilho alimentado por 4 pilhas AA, durabilidade estimada em 180 horas, acionamento através de botão liga e desliga. Base com encaixes para cones, super cones, barreiras, cavaletes e balizadores. Cúpulas na cor vermelho	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	05	10	SMDC (1585/25)
40	Calça Tática à Prova de Vento e Água com Bolsos Múltiplos Cintura Média Tamanho Grande: Sim Tipos de ajuste de calças: Slim Fit Estampa: Lisa Material: Poliéster Descrição do produto Cor: Preto ou Cáqui Tamanho: P, M, G, GG Composição: 100% Poliéster Comprimento: Regular Detalhes: Bolsos múltiplos Estampa: Cor sólida Tecido: Não Elástico Estação: Todas as estações Estilo: Casual P = 05 un M = 05 un G = 12 un GG = 08 un	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	10	30	SMDC (1585/25) P = 05 un M = 05 un G = 12 un GG = 08 un
41	CAVALETE 1M X 1M Cavelete plástico desmontável, fabricado em polietileno de baixa densidade, com proteção contra raios UV, resistente a intempéries (sol e chuva), possui 1,03 m de altura X 1 m de comprimento X 90 cm de largura. Dispõe de 2 vigas de 17 cm de	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	02	06	SMDC (1585/25)



	largura, com refletivo adesivo de alta visibilidade, e rebaixo para proteção das mesmas, dos dois lados da peça. Possui orifício superior para encaixe de Pisca de advertência externo (sinalizador noturno). Com enchimento mineral (areia) nas laterais, peso de aproximadamente 6,5 kg até 25 kg. COR: Laranja					
42	Capacete Classe A - Tipo III escalada em rocha, resgate, alpinismo e espeleologia, podendo ser utilizado entre temperaturas de -19° até 49°. Fabricado em ABS (acrilonitrila butadieno estireno) com tratamento UV, leve e confortável, possuir fitas antialérgicas, testeira acolchoada, suportes para lanterna e encaixe para viseira, protetor auricular e encaixe para protetor de nuca. Ventilação frontal, laterais e traseira protegidas por telas, proporcionando alta ventilação. Resistência que assegura proteção ao usuário. Com encaixe para fixação do protetor de nuca, elemento refletivo na parte traseira e amortecedores laterais e frontais. Especificação Técnica: Casco: ABS Regulagem de Tamanho: 54cm a 62cm Jugular: Regulável Sistema de Regulagem: Catraca Certificado: CA	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	02	04	SMDC (1585/25)

1.2.1 - Optou-se pelo Sistema de Registro de Preços, pela natureza do objeto, nos termos da tabela acima e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2.2 - Os itens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme Art. 6º, XII, da Lei Federal 14.133/2021.

1.2.3 – O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2- FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1- A Fundamentação e Descrição da necessidade da contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, constante nos autos do Processo Administrativo nº1585/2025.



3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1- A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, constante nos autos do Processo Administrativo nº 1585/2025.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1.1 - Observância aos termos do instrumento convocatório da contratação e às legislações federal, estadual e municipal e normatizações relacionadas vigentes;

4.1.2 - Observância às normas técnicas em geral, em especial as relacionadas com saúde operacional e segurança do trabalho;

4.1.3 - Combate ao trabalho infantil ilegal e ao trabalho escravo e análogo a escravo.

4.1.4 - Compromisso com a redução do impacto ambiental negativo e com proteção ao meio natural e antrópico.

4.1.5 - Garantia da prevalência dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório em todo processo licitatório.

▪ Sustentabilidade:

4.2- Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1 – Como critérios e práticas de sustentabilidade, sob os aspectos socioambientais, socioeconômicos e socioculturais, deverão ser observadas, no que couber e quando aplicável, legislações como: Lei nº 12.305/2010, Lei 6.360/19876, Decreto nº 10.936/2022, Decreto nº 8.077/2013, RDC ANVISA nº 752/2022, bem como legislação complementar, correlata e supervenientes.

5- SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6- GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

6.1- Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7- EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1- A forma de execução será DIRETA, com fornecimento PARCELADO.

7.2- A Administração emitirá por escrito ordem de fornecimento, com a quantidade e identificação dos bens a serem entregues, o prazo máximo e o local de entrega, a quantidade, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem.

7.3- Os bens a serem adquiridos serão fornecidos em remessa parcelada, conforme ordens de fornecimento, em prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento da mesma, nos endereços descritos abaixo, onde serão recebidos pelos fiscais do contrato ou por servidor designado para tal:

7.3.1 - Av. Venâncio Pereira Veloso, s/nº, Centro, Bom Jardim - RJ, CEP: 28660-000, Sede da Defesa Civil Municipal, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, Whatsapp (22) 2566.2342 .E-MAIL: defesacivilbomjardimrj@gmail.com.

7.3.2- SMOI – Almoxarifado da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, situada na Rua Humberto Neves – s/nº - Bairro Bom Destino - Bom Jardim/RJ (ANTIGA COMAVE), de segunda a



sexta-feira, das 7h às 11h e das 12h às 15h, onde serão recebidos pelos fiscais do contrato ou por servidor designado para tal.

8. - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

8.1 – Serão gestoras da Ata de Registro de Preços as Secretarias Municipais, conforme suas cotas partes, representadas por seus respectivos secretários, indicados através de Portaria publicada no órgão de imprensa oficial do Município.

8.2 – A Ata de Registro de Preços e os Contratos dela derivados deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5 - Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

8.7 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

8.8 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

8.9 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

8.10 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

8.11 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).



8.12 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.13 - O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

8.14 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Atribuições dos Gestores da Ata de Registro de Preços

8.15 - Os gestores promoverão o gerenciamento permanente e formal da Ata de Registro de Preços, conforme sua cota parte, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

8.16 - Cabe aos gestores da Ata de Registro de Preços, conforme sua cota parte, as atribuições inerentes ao gerenciamento da Ata de Registro de Preços, particularmente quanto a:

8.16.1 - Providenciar a elaboração e publicação da Ata de Registro de Preços.

8.16.2 – Verificar, antes de emitir a ordem de fornecimento, se há saldo orçamentário disponível para a execução;

8.16.3 – Emitir a ordem de fornecimento, nos moldes do instrumento convocatório e seus anexos;

8.16.4 - – Solicitar à fiscalização que inicie os procedimentos de acompanhamento e fiscalização;

8.16.5 – Encaminhar comunicações à CONTRATADA ou fornecer meios para que a fiscalização se comunique com a CONTRATADA;

8.16.6 – Aplicar sanções e/ou solicitar a aplicação de descumprimento contratual;

8.16.7 – Requerer e/ou conceder ajustes, aditivos, suspensões, prorrogações ou supressões, na forma da legislação;

8.16.8 – Solicitar o cancelamento o registro dos licitantes, nas hipóteses do instrumento convocatório e seus anexos, convocando os licitantes remanescentes registrados para substituí-los.

8.16.9 – Solicitar a revogação da ata de registro de preços, nas hipóteses do instrumento convocatório e da legislação aplicável;

8.16.10 – Controlar os quantitativos máximos estipulado, respeitando as cotas dos participantes;

8.16.11 – Tomar demais medidas necessárias para a regularização de faltas ou eventuais problemas;

8.16.12 – O rol dos órgãos participantes, suas respectivas cotas e atribuições, constam no item 1, deste Termo de Referência.

8.16.13 - Controlar, de forma permanente, a utilização da Ata de Registro de Preços para fins de contratações, durante toda sua vigência;

8.16.14 - Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente e jurisprudência do TCU e do TCE/RJ;

8.16.15 - Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na Ata de Registro de Preços, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da Ata de Registro de Preços e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;



8.16.16 - Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais.

Fiscais do contrato

8.17- Serão fiscais da Ata de Registro de Preços os servidores nomeados pela Administração para este fim, conforme suas cotas partes, através de Portaria a ser publicada no órgão de imprensa oficial do Município, em momento oportuno.

8.18- O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no referido instrumento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8.19- O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

8.20 - Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);



8.21 - O fiscal do contrato informará ao gestor da Ata de Registro de Preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

8.22 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

8.23 - O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.24 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8.25- O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

8.26- Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

8.26.1 – Realizar os procedimentos de acompanhamento da execução do contrato;

8.26.2 - Verificar pessoalmente e espontaneamente a execução do contrato, recebendo-os após sua conclusão;

8.26.3 – Apurar ouvidorias, reclamações ou denúncias relativas à execução do contrato, inclusive anônimas;

8.26.4 – Receber e analisar os documentos emitidos pela CONTRATADA que são exigidos no instrumento convocatório e seus anexos;

8.26.5 – Elaborar o registro próprio e emitir termo circunstanciando, recibos e demais instrumentos de fiscalização, anotando todas as ocorrências da execução do contrato;

8.16.3 – Verificar a quantidade, qualidade e conformidade dos bens;

8.26.7 – Recusar os bens entregues em desacordo com o instrumento convocatório e seus anexos, exigindo sua substituição no prazo disposto no instrumento convocatório e seus anexos;

8.26.8 – Atestar o recebimento definitivo dos objetos entregues em acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.

8.26.9 – Encaminhar relatório relativo à fiscalização do contrato ao Gestor do Contrato, contendo informações relevantes quanto à fiscalização e execução do instrumento contratual.

8.27 - A execução da Ata de Registro de Preços e do contrato deverão ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9- ADESÃO DE SECRETARIA MUNICIPAL NÃO PARTICIPANTE

9.1- Não será admitida a Adesão de Secretarias e demais órgãos internos e externos não participantes à Ata de Registro de Preços.

10- VÍNCULOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



10.1- A existência da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

10.2- O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, ao cumprimento das obrigações contidas na mesma, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas no Termo de Referência.

11- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1- A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto e, ainda:

11.1.1 – Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, e prazo de garantia de 12 (doze) meses, a partir da entrega;

11.1.2 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

11.1.3 – Substituir, em até 07 (sete) dias úteis, os itens que apresentarem incompatibilidade com a descrição do bem, apresentar defeitos, estiverem danificados ou fora do prazo de validade.

11.1.4 – Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.5 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.6 – Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

11.1.7 – Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação;

11.1.8 – Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação;

11.1.9 – Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do objeto, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e entrega dos objetos.

11.1.10 - Em caso de desistência do fornecimento, a CONTRATADA deverá comunicar à Administração, com prazo de 30 (trinta) dias corridos, devendo cumprir eventuais ordens de execução emitidas nesse prazo.

11.1.11 - A contratada deve observar fielmente todas as disposições do edital, seus anexos e a proposta vencedora, assumindo integral responsabilidade pelos riscos e custos decorrentes da adequada execução do objeto contratado.

11.1.12- Os bens devem ser entregues em conformidade com as exigências técnicas, prazos e locais estabelecidos.

11.1.13- A contratada responderá por eventuais vícios, defeitos, danos ou inconformidades, devendo providenciar as correções ou substituições necessárias no prazo estabelecido.



11.1.14- Indicar e manter preposto para representá-la junto à Administração.

11.1.15- É obrigação da contratada, manter a Administração informada sobre qualquer fato que possa comprometer o cumprimento contratual, inclusive alterações cadastrais ou impossibilidades de execução, devendo apresentar justificativas com a devida antecedência e comprovação.

11.1.16- A contratada arcará com todas as despesas diretas e indiretas relativas à execução contratual, inclusive tributos, encargos trabalhistas e logísticos.

12- OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

12.1- A Administração está sujeita às seguintes obrigações:

12.1.1 – Emitir a ordem de fornecimento e receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos;

12.1.2 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3 – Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa;

12.1.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente aos bens entregues, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos, podendo também solicitar alterações, como por exemplo, a troca de marca, quando previsto. Ressalta-se ainda que a Administração não responderá por compromissos ou danos assumidos pela contratada perante terceiros.;

12.1.6 - Receber o objeto conforme os prazos e condições estabelecidos, verificar sua conformidade com as especificações contratuais

12.2 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1- Os documentos fiscais serão emitidos em nome do MUNICÍPIO DE BOM JARDIM, CNPJ 28.561.041/0001-76, Praça Governador Roberto Silveira, 44 – Centro – Bom Jardim / RJ, CEP 28660-000 referente à cota parte da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e à cota da Secretaria Municipal de Defesa Civil.

As Notas Fiscais deverão ser separadas por secretaria e deverão conter em seu corpo informações referentes às aquisições.

13.2- Deverá constar no documento fiscal a devida retenção do imposto de renda ou a sua não incidência conforme determinado no Decreto Municipal nº 4.619, de 20 de outubro de 2023, e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 12 de dezembro

Do Recebimento

13.3 - Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e



fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

13.4 - Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.5 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

13.6 - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 07 (sete) dias úteis.

13.7 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.8 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.9 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

13.10 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

13.11 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10(dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

13.11.1 - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

13.12 - Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 13 o prazo de validade;
- 14 a data da emissão;
- 15 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 16 o período respectivo de execução do contrato;
- 17 o valor a pagar; e
- 18 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.13 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;



13.14 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.15 – A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.16 – Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.17 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.18 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.19 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

13.20 - - O prazo de 05 (cinco) dias úteis, subsequentes a data do recebimento definitivo dos itens, para realizar o pagamento, nos casos dos itens recebidos cujo valor não ultrapasse o limite do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com Art. 4º do Decreto Municipal nº 4.441/2023, vedando-se o parcelamento de faturamento, solicitações de cobrança, ordens de pagamento que caracterizem inobservância da ordem cronológica estabelecidas no dispositivo citado.

13.21 - O prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da liquidação da despesa, para realizar o pagamento, nas demais hipóteses.

13.22 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-A de correção monetária.

Forma de pagamento

○ 13.23 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

○ 13.24 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.25 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.25.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.26- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



Antecipação de pagamento

- 13.27 - A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial ou total, conforme as regras previstas no presente tópico.

14- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

14.1- O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO.

Exigências de habilitação

14.2- Para fins de habilitação deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

14.2.1- Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

14.2.2- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.2.3- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>, Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.3- Sociedade Empresária Estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

14.4- Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.5- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

14.6- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

14.16 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.17 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.18 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



14.19 - Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, caso tenha sede no Estado do Rio de Janeiro.

14.20 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.21 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal e Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.22 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e/ou Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.23 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.24 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

14.25 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

14.26 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do prestador de serviço - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

14.27 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

14.28 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

14.29 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.16 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos conforme definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

14.31 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 2 % (dois por cento) do valor total estimado da contratação.

14.32 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

14.33 - Comprovação de capacidade técnico-operacional, através de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, em favor da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, assinado por representante legal ou funcionário autorizado, discriminando o teor da contratação e os dados da contratada, que comprove que a licitante entregou os bens em prazo, características e quantidades compatíveis aos descritos no instrumento convocatório.

15 - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



15.1 - A Ata de Registro de Preços tem vigência de 01(um) ano, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos permitidos no art. 84 da Lei 14.133/2021.

15.2 - A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.

15.3 - A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da Ata de Registro de Preços.

15.4 - A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços deverá ser publicada e divulgada.

15.5 - A formalização da Ata de Registro de Preços, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no Diário Eletrônico Municipal.

16 - CANCELAMENTO/REVOGAÇÃO E RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - O registro de preços poderá ser CANCELADO/EXTINTO, quando:

16.1.1 - Não houver acordo entre as partes para pactuação/negociação de novo preço nos casos de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao mercado, conforme regras previstas na Lei 14.133/2021, e alterações posteriores.

16.1.2 - Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências inseridas na Ata de Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pela Administração.

16.1.3 - Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas.

16.1.4 . O registro de preços poderá ser EXTINTO, por iniciativa da Administração, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

16.1.4.1 - Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes na Ata de Registro de Preços;

16.1.4.2 - Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante;

16.1.4.3 - Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base na Ata de Registro de Preços;

16.1.4.4 - Não mantiver as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 DIAS corridos;

8.16.10.1 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

16.1.5 - O cancelamento/extinção do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente da Administração, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

16.1.6 - Havendo cancelamento/extinção do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

16.1.7 - O cancelamento/extinção do registro na hipótese prevista no item da Ata de Registro de Preços não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.

16.1.8 - A extinção do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada da Administração, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.



16.1.9 - A extinção do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

a) ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1- O custo estimado foi apresentado pelo Setor de Gestão e Compras.

b) ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

o As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Bom Jardim /RJ, de acordo com o orçamento das secretarias participantes.

o A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Valmir Bernardo Amélio

Diretor da Defesa Civil

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Matrícula nº 41/7675



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1585/25, APENSO: 1350/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2025

1 – PROPONENTE

Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Cidade: UF: CEP:
Telefone: Fax:
E-mail:
Sócio Proprietário:
CPF: RG:

2 – VALOR PROPOSTO PARA O FORNECIMENTO

Apresentamos nossa proposta para fornecer o objeto deste Pregão, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MÁXIMA	MARCA	VALOR UNITÁRIO RS	VALOR TOTAL RS
01	Óculos proteção, material armação: policarbonato e nylon, tipo proteção: lateral, material proteção: policarbonato, tipo lente: anti-risco, anti embaçante, cor lente: incolor, características adicionais: com cordão de segurança, hastes de cor preta, material lente: p	UNIDADE	80			
02	Óculos proteção, material armação: nylon regulável, tipo proteção: lateral, tipo lente: policarbonato, cor	UNIDADE	30			
03	Luva segurança, material: vaqueta, tamanho: GG, aplicação: segurança e proteção individual. características adicionais: duplo reforço com punho feito em raspa, espessura: 2 mm, comprimento: 27cm, largura: 12,5 cm, tipo: petroleira	UNIDADE	150			
04	Mascara de solda automática, visor de 93x43mm, 2 sensores frontais, Din 9-13 ajustável, função esmerilhar, retardo e sensibilidade ajustáveis, bateria substituível, led de bateria baixa, função teste ADF	UNIDADE	02			
05	Luva para eletricista isolante de borracha, tipo 2 classes 00, para tensão máxima de uso 500v tamanho 10	UNIDADE	02			



06	Botina segurança, material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bi densidade, modelo: sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobel com solado em poliuretano bi densidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricitista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	280			
07	Avental de soldador, material: raspa de couro, comprimento: 1,20m, largura: 0,70m, inteiriço, sem emendas, com fivelas e tiras de ajuste, com mangas longas tipo Barbeiro	UNIDADE	06			
08	Perneira de segurança confeccionada em raspa de couro, fechamento em velcro na vertical, metatarso em raspa com duas tiras em raspa e fivela metálica nas partes superiores e inferiores.	PAR	09			
09	Máscara Facial Respirador C/ 2 Filtros Gases Ácidos Vapores. Respirador reutilizável semifacial, filtro duplo, com corpo moldado em elastômero sintético no tamanho médio, com tirantes fixos. MÁSCARA: O corpo do respirador é moldado em elastômero sintético atóxico, ultramacio, com bordas internas almofadadas. Possui uma válvula de inalação e duas de exalação. A aranha frontal de fixação, o conector para filtro, as válvulas e os cartuchos são fabricados em plástico resistente ao calor. Oferece fixação à face em quatro pontos, através de tirantes elásticos móveis com regulagem de pressão proporcionada pela variação de comprimento, através de passadores em plástico resistente. O filtro químico é composto por carvão ativado granulado, contido em um cartucho plástico. Filtro químico Classe 1 é eficaz contra vapores	UNIDADE	02			



10	Kit 2 Filtros Refil Cartucho Máscara Respirador Químico Vapores Orgânicos e Gases Ácidos Filtros químicos, composto por carvão ativado granulado envolvido por um cartucho plástico. Filtro químico Classe 1 contra vapores orgânicos e gases ácidos até 1000ppm, cloro até 10ppm e ácido clorídrico ou dióxido de enxofre até 50ppm ou 10 vezes o seu limite de tolerância ou até a concentração IPVS, o que for menor.	PAR	15			
11	Suporte facial com catraca constituído de coroa e carneira de material plástico, com regulagem de tamanho através de catraca, malha 8"x12", fabricado em tela de aço com cerca de 310mm de largura e 195mm de altura	UNIDADE	30			
12	Abafador de ruído auricular tipo concha, haste em aço-mola inoxidável eletricamente isolada, concha com revestimento em TPU, concha em plástico ABS, nível de atenuação 23 dB	UNIDADE	50			
13	Capa de proteção contra chuva e confeccionada em PVC impermeável com forro em poliéster, costura de solda eletrônica, com manga longa e capuz, fechamento frontal com quatro botões de pressão.	UNIDADE	250			
14	Bota cano longo PVC , impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	PAR	150			
15	Fita de isolamento Fita de sinalização e segurança utilizada para isolar e sinalizar áreas é produzida em filme de PEBD de baixa densidade sem adesivo e impresso na cor preta e amarela, fita com espessura de 50 e colocada num tubete de papelão com largura de 70 mm. Características: Tamanho: 200m X 70mm Cor: preto e amarela Quantidade: 100 rolos .	ROLO	150			



16	LIMAS 02 Kits Com 12 unidades Lima Para Amolar Afiar Motosserra tamanho 8"X7/32"- 20X5,5MM,redonda ferramenta perfeita para manter a sua motosserra em perfeitas condições. Este kit é composto por 12 limas redondas de aço carbono, um material resistente e durável que garante um afiamento eficaz e preciso estas limas são ideais para trabalhar com precisão, permitindolhe afiar a sua motosserra de forma rápida e eficiente. O seu peso leve de 19g torna-as fáceis de manusear, proporcionando um maior conforto durante o uso.	UNIDADE	24			
17	ROLO CORRENTE MOTOSSERRA Passo: 3/8" Quantidade de dentes: 820 Comprimento: 100 pés (30,5 mts) Calibre :1.6mm - 0,063" Lima recomendada: 7/32" Perfil do dente: Semi-Quadrado Guia Simples Conteúdo Embalagem: 01 rolo com 820 dentes Pacote com emendas e elos Caixinhas para Loop	ROLO	02			



18	<p>CORDA BOMBEIRO Nr18 Tipo Bombeiro 12mm. Em Poliamida Bobina 200 Metros. Corda constituída em trançado triplo e alma central. Trançado externo em multifilamento de Poliamida trançado intermediário e o alerta visual na cor amarela em multifilamento de polipropileno ou poliamida na cor amarela com o mínimo de 50% de identificação, não podendo ultrapassar 10% da densidade linear. Traçado interno em multifilamento de poliamida e alma central torcida em multifilamentos de poliamida. Possui identificação interna gravada NR 18.16,5 ISO 1140 1990. A corda de segurança NR18 foi desenvolvida exclusivamente para uso em Cadeira Suspensa e Cabo Guia de Segurança para Fixação do Trava-quedas; conforme publicação da Secretaria de Inspeção do Trabalho / Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, inserido na Norma Regulamentadora 18 – Portaria nº 13 de 09 de Julho de 2002. Uso recomendado: Corda para uso especifica em cadeiras suspensas e fixação de trava quedas. Carga de Ruptura.20kn = 2.038(kgf).Cabo sem capa externa (mínimo) 15kn = 1.529(kgf) Diâmetro nominal (mínimo) : 12,0mm. Desvio limite : +0,5mm. Fita inserida na alma gravada NR 18.16,5 ISSO 114</p>	METRO	600			
19	<p>LUVAS DE BORRACHA ALTA VOLTAGEM Luva isolante para alta tensão. Classe da luva: 3;• Cor da marcação: verde ;Cor da luva: preta; Resistente a ozônio (O³); Tensão de ensaio: 30 KV; Tensão máxima de uso: 26.500 V;. Tamanho G</p>	PAR	03			



20	<p>MOCHILAS TÁTICA Modelo: PQD (Paraquedista) Cor: LARANJA OU AZUL Material: Tecido Nylon Poli 600 Fechamento Superior: Corda e Zíper Bolsos: Bolso superior com fechamento em zíper Bolso do lado esquerdo e direito com regulador Bolso traseiro para acoplagem de acessório, oferecendo mais rigidez à postura. Alças: Duas alças reguláveis em Nylon Poli 600 com revestimento interno em espuma Pack 6 mm para melhor conforto. Alça com fita torácica e abdominal para melhor ajuste. Suportes para Fixação de Acessórios: Possui suportes estrategicamente posicionados para fixação de acessórios adicionais. Medidas Aproximadas: Comprimento: 60 cm Largura (frontal/externa): 34 cm Lateral (espessura): 20 cm Volume Aproximado: 45 Litros</p>	UNIDADE	30			
21	<p>LUVAS DE PROTEÇÃO DE COURO Luvas fabricada em couro materiais de alto desempenho e costurada com fios de aramida. Conforto e segurança Revestimento interno especial. Proteção térmica superior – Oito vezes maior que as luvas tradicionais de raspa, vaqueta ou lona. Até 500°C com intermitência de 15 segundos, de acordo com o ensaio da norma EN 407*. maior produtividade e redução no intervalo de tempo por parte soldada melhoria significativa nos trabalhos de soldagem contínua, melhor opção para trabalhos em soldas diversas (Eletrodos, MIG, Oxi-Acetilênica, Dentre outros processos). Maior resistência e durabilidade.</p>	PAR	50			
22	<p>ÓCULOS DE PROTEÇÃO DESCRIÇÃO Óculos de segurança com lente de proteção em policarbonato com tratamento antirrisco, antiembaçante e UV, armação convencional com revestimento interno em borracha macia. DESCRIÇÃO TÉCNICA OCULOS Tratamento antirrisco e antiembaçante Revestimento interno em borracha macia para maior conforto O tirante elástico concede um ajuste confortável Certificado de aprovação.</p>	UNIDADE	20			



23	<p>BOTAS DE SEGURANÇA DESCRIÇÃO TÉCNICA • Cabedal: Couro legítimo de alta durabilidade. • Forro: Poliéster respirável com tratamento antibacteriano. • Atacador: Cadarço trançado em poliéster de alta resistência • Passadores: Nylon reforçado, garantindo durabilidade. • Biqueira: Rígida em Termoplástico. • Solado: Micro expandido, leve, antiderrapante e resistente à abrasão. • Palmilha: P.U expandido, anatômica, antibacteriana e confortável.</p> <p>DADOS ESPECÍFICOS • Altura do cano: 12,5cm • Altura do salto: 5,0cm • Altura TOTAL: 17,5cm (baseado no tamanho 40, podendo sofrer alterações). • Peso: 505gr (baseado no PÉ tamanho 40, podendo sofrer alterações). Cor: Bege ou Marrom</p> <p>MEDIDA DA PALMILHA Tam. 37 – 26,0 cm Tam. 38 – 26,5 cm Tam. 39 – 27 cm Tam. 40 – 28 cm Tam. 41 – 28,5 cm Tam. 42 – 29 cm Tam. 43 – 29,5 cm Tam. 44 – 30 cm</p>	PAR	40			
24	<p>CONE BARRIL SINALIZADOR DE TRÁFEGO Cores: Laranja com Faixa Refletiva Branca. Material: Polietileno Dimensões: Altura Total: 1200mm Altura da Base: 280mm Largura da Base: 590mm Diâmetro do Topo: 400mm Peso: 20Kg</p>	UNIDADE	06			
25	<p>CONE DE SINALIZAÇÃO 75cm Cone de sinalização flexível em polietileno com base de borracha, utilizado em vias públicas e em rodovias de todo território nacional. Sua função é controlar e auxiliar a sinalização sempre visando à segurança e a tranquilidade das pessoas. Características técnicas: Cor: laranja com refletivo branco. Material: PVC Altura: 75cm. Possui refletivos.</p>	UNIDADE	30			



26	LANTERNA TÁTICA: Itens inclusos: 1 x Lanterna Tática Bulldog XHP50 T9 1 x Cabo USB (utiiza carregador de celular) 1 x Bateria 26650 1 x Adaptador para pilhas 1 x Adaptador Bateria 18650 1 x Alça de mão 1 x Linda Caixa Tipo Estojo Descrição Técnica: Tipo de LED: XHP50 T9 FLAT Super White Material: Liga de Magnésio Fonte de Energia: Bateria Recarregável 26650 Carregador: 4.2v a 5V (carregador de celular) Padrão de segurança: IPX4 Peso com bateria: 280g Potência luz baixa 1.120.000 Lumens Potência luz média 5.400.000 Lumens Potência máxima 6.480.000 Lumens Comprimento: 16,60cm Diâmetro Frente: 4,0cm Diâmetro Lente: 3,2cm Diâmetro Corpo: 3,3cm Diâmetro Traseira: 3,3cm	UNIDADE	20			
27	JAPONAS IMPERMEÁVEIS PARA CHUVA JAPONAS IMPERMEÁVEIS Japona Operacional Vértice Com Gola, Capuz e Refletivo em Nylon. Emborrachada, impermeável, térmica e Ventilada. Tecido de Nylon emborrachado com uma face em poliamida e a outra em PVC, produto reforçado, costurada em maquina overloque de cinco fios, tornando a vestimenta extremamente resistente ao rasgamento. Todas as costuras são impermeabilizadas internamente por um processo especial de selagem térmica. Vantagens: Alta proteção térmica, 100% impermeável, faixas refletivas utilizadas atendem a NBR 15292, possui bolsos faca na parte externa e ventilada para um melhor conforto térmico. Cor: Laranja TAM: G 14 unidades TAM: M 08 unidades TAM: P 08 unidades	UNIDADE	30			



28	EPI (CALÇA IMPERMEÁVEL) Especificações: Detalhes da vestimenta: Regulagem na cintura através de elástico e cordão com ponteiros de PVC para acabamento. Modelo fornecido com faixas refletivas de 50 mm circulando as pernas. As faixas refletivas utilizadas atendem a NBR 15292. Materiais: Nylon emborrachado, linha, cadarço, elástico, ponteira. Segurança: Normas técnicas: BS EN 343:2003 + A1: 2007, BS 3546:1974. CA (Certificado de Aprovação) TAM: G 14 unidades TAM: M 08 unidades TAM: P 08 unidades	UNIDADE	30			
29	Kit Operador de Motosserra: Itens Inclusos: 1 Blusão 1 Calça 1 Capacete Florestal 1 Par de Luvas tamanho 9(G) FICHA TÉCNICA: BLUSÃO OPERADOR DE MOTOSSERRA:CA. Blusão de segurança de acordo com norma ISO 11.393-6:2007 Blusão de segurança, tipo jaqueta, confeccionado em tecido externo em poliéster, com 10 camadas internas de Proteção em tela de poliéster de ALTA TENACIDADE nos ombros e membros superiores, braços e colarinho, forro em poliéster e algodão, com zíper na parte frontal. CALÇA OPERADOR DE MOTOSSERRA TIPO A - 230° - CPM 3000 - CA. Calça para Operador de Motosserra desenvolvida de acordo norma ISO 11.393-2:1999 específica para oferecer proteção anticorte para o operador de motosserra. Modelo com elástico e cordão para ajuste, confeccionada em tecido externo em poliéster, com 08 camadas internas de proteção em tela de poliéster de ALTA TENACIDADE, posicionadas no ângulo de 230° em torno das pernas do usuário, desde a cintura ao tornozelo, forro interno em poliéster e algodão. CAPACETE SEGURANÇA ACOPLADO PROTETOR AUDITIVO e TELA 8" - CPT 168 Capacete acoplado de protetor auditivo e protetor facial oferece três tipos de proteção distintos. O casco com carneira, desenvolvidos para proteger de impactos sobre o crânio. Suspensão e carneira	KIT	03			



	<p>plástica com regulagem de tamanho ajustável conta também com tira absorvedora de suor. O Abafador de ruídos tipo concha, acoplado ao capacete através de SLOT. As conchas do abafador com pino para ajuste de altura</p> <p>LUVA DE SEGURANÇA 5 DEDOS - Tam. 9 - CA.</p> <p>Confeccionada em couro vaqueta na palma, e na ponta dos dedos, reforço interno em vaqueta. O dorso e face dos dedos é produzido com nylon e tem elástico no centro para melhor posicionamento da luva. Punho em material dublado para melhor calçar. Indicada para atividades que necessitam de proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes.</p>					
30	<p>1 CINTA 10 TONELADAS 6 METROS DESCRIÇÃO: Material: 100% Poliéster Fator de Segurança 7:1 (7 vezes maior que a sua capacidade) Norma ABNT NBR 15637 – 1: 2012 Cor: Laranja Tipo: Sling Especificações Técnicas: * Carga máxima de trabalho: 10 Toneladas * Largura: 300mm * Comprimento: 6 metros * Temp. de trabalho: entre -40°C e + 100°C</p> <p>Fita Dupla Pontas Olhais revestidas Carga de trabalho posição vertical/direta:10,0 tf Carga de trabalho posição forca/laço:8,0 tf Carga de trabalho posição cesto/paralela:20,0 tf Carga de trabalho posição cesto/angular até 45°:14,0 tf Carga de trabalho posição cesto/angular 46° até 60°:10,0 tf Massa aproximada (peso):12,18 kg</p>	METRO	06			



31	<p>Cinturão de segurança tipo paraquedista e abdominal: Fabricado em fita de poliéster com costura zig-zag. Argolas de aço em “D” na região dorsal, peitoral, umbilical, nos ombros e nas laterais.</p> <p>Pontos de conexão: dorsal e peitoral para proteção contra queda, lateral para técnica de posicionamento em altura, umbilical e ombro para trabalho de suspensão e sustentação (resgate). Almofadas para conforto nas pernas e lombar.</p> <p>Fivelas em aço para ajustes no suspensório, dorso, cintura e nas pernas. Mosquetão Oval em aço, para o fechamento do suspensório e porta equipamentos emborrachados nas laterais.</p> <p>Possuir indicador de queda.</p> <p>Aplicações: Retenção de queda, técnica de posicionamento em altura, resgate, e acesso por cordas. Benefícios: Almofadas para conforto nas pernas e lombar; Porta equipamentos; 6 fivelas para ajuste; Retentor de fitas; Indicador de queda; ID CARD e etiqueta de controle para inspeção; Bolsa exclusiva para guarda e conservação Cores; •. Leve e confortável;</p> <p>- Normas: NBR: 15.835 e 15.836:2010</p>	UNIDADE	02			
32	<p>Bota De Pvc:</p> <p>Descrição: Bota impermeável, cano longo tipo C, classe II, produzida com composto polimérico de PVC. Alta flexibilidade e com bom comportamento ao desgaste. Sola com propriedades antiderrapantes, resistente ao escorregamento em piso cerâmico e piso de aço (SRC), e resistente à óleo combustível (FO).</p> <p>Especificações (Certificado de Aprovação). Simbologia: OB SRC FO - NBR ISO 20347:2015.</p> <p>Cor: Preta. Forro: Membrana easily-dried (rápida secagem)</p> <p>Altura: 28cm (base numeração média).</p>	PAR	40			



33	GRAMPO MANILHA Manilha Reta 5/8 Pol com Pino Roscado 3/4 Pol Aço Alloy 3,25 Composição do produto: Material: Corpo e pino forjado de Aço Alloy. Detalhes técnicos: Fator de segurança: 6:1. Capacidade de trabalho: 3250 Kgf. Peso: 0,590 Kg. Medidas: Diâmetro do corpo: 5/8 Pol. Diâmetro do pino: 3/4 Pol. Comprimento interno: 53 mm. Largura interna: 28 mm. Largura da abertura: 28 mm. Espessura do pino: 19 mm.	UNIDADE	10			
34	Cinta para Amarração de Cargas 5000Kg 50mm x 5m com Catraca e 2 Ganchos Destinada ao uso em amarração de carga adequadas, produzida em poliéster de alta tenacidade, com parte fixa com catraca e gancho no formato “J” e parte longa com gancho no formato “J”. Acabamento especial no processo de pigmentação para garantir alta resistência à abrasão, radiação ultravioleta, umidade e ao envelhecimento do tecido. Especificações Técnicas: Carga de trabalho: 5000kg Dimensões (LxC): 50mm x 5m Fator de segurança: 2:1 Adequada a norma: ABNT NBR 15883-2:2015 e resoluções CONTRAN 552/2015 e 631/2016 Conteúdo da Embalagem: 1 Cinta Catraca 2 Ganchos - Garantia: 6 meses ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO	KIT	03			
35	Escada Alumínio Telescópica 5.6m 18 Degraus – Multifuncional Total de Degraus: 18 Altura Máxima: 5.6 metros Material: Alumínio de alta resistência Capacidade de Carga: Até 150kg Garantia: 1 Ano de Fábrica	UNIDADE	01			



36	Escada Articulada Multifuncional 4x4 16 Degraus em Alumínio Degraus: 16 Altura Fechada: 1,21m Altura Aberta: 2,18m Altura Esticada: 4,48m Altura Andaime: 1,26m Distância entre os degraus: 24cm Largura: 34cm Peso (kg): 11,90 Suporte de Carga: 150kg Tamanho Para Transporte: 27 x 34 x 1,21m Garantia: 1 Ano de Fábrica	UNIDADE	01			
37	PROTETOR FACIAL KIT FLORESTAL (CAPACETE+SUPORTE+ABAF ADOR+MALHA PLASTICA) CA Capacete de segurança, Tipo II, classe B, com aba frontal casco de polietileno composto por 1 nervura e regulagem de tamanho por catraca ou pinos, Suspensão composta por carneira e coroa em polietileno, polipropileno e poliamida, tipo separáveis. Carneira fixada ao casco através de 08 (oito) pontos de fixação. Tira absorvente de suor de poliuretano e couro sintético. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO	KIT	05			
38	Bastão sinalizador recarregável Possui um cabo confortável com cordão de segurança para maior estabilidade no uso. LUMINOSIDADE Emite luz LED por todo o seu comprimento Possui luz de LED branca na ponta para ser utilizado como lanterna FUNCIONAMENTO Alimentado por 2 pilhas grandes modelo D (inclusas) ESPECIFICAÇÕES Dimensões: 54 x 4 cm Cor: laranja LED: branco PESO: 200 GRAMAS	UNIDADE	10			



39	<p>PISCA DE ADVERTÊNCIA GLOBO Pisca de advertência globo, fabricado em polietileno flexível de alta densidade, com proteção contra raios UV. Possui sistema fotocélula, com 4 Led's de alto brilho alimentado por 4 pilhas AA, durabilidade estimada em 180 horas, acionamento através de botão liga e desliga. Base com encaixes para cones, super cones, barreiras, cavaletes e balizadores. Cúpulas na cor vermelho</p>	UNIDADE	10			
40	<p>Calça Tática à Prova de Vento e Água com Bolsos Múltiplos Cintura Média Tamanho Grande: Sim Tipos de ajuste de calças: Slim Fit Estampa: Lisa Material: Poliéster Descrição do produto Cor: Preto ou Cáqui Tamanho: P, M, G, GG Composição: 100% Poliéster Comprimento: Regular Detalhes: múltiplos Bolsos múltiplos Estampa: Cor sólida Tecido: Não Elástico Estação: Todas as estações Estilo: Casual P = 05 un M = 05 un G = 12 un GG = 08 un</p>	UNIDADE	30			
41	<p>CAVALETE 1M X 1M Cavalete plástico desmontável, fabricado em polietileno de baixa densidade, com proteção contra raios UV, resistente a intempéries (sol e chuva), possui 1,03 m de altura X 1 m de comprimento X 90 cm de largura. Dispõe de 2 vigas de 17 cm de largura, com refletivo adesivo de alta visibilidade, e rebaixo para proteção das mesmas, dos dois lados da peça. Possui orifício superior para encaixe de Pisca de advertência externo (sinalizador noturno). Com enchimento mineral (areia) nas laterais, peso de aproximadamente 6,5 kg até 25 kg. COR: Laranja</p>	UNIDADE	06			



42	Capacete Classe A - Tipo III escalada em rocha, resgate, alpinismo e espeleologia, podendo ser utilizado entre temperaturas de -19° até 49°. Fabricado em ABS (acrilonitrila butadieno estireno) com tratamento UV, leve e confortável, possuir fitas antialérgicas, testeira acolchoada, suportes para lanterna e encaixe para viseira, protetor auricular e encaixe para protetor de nuca. Ventilação frontal, laterais e traseira protegidas por telas, proporcionando alta ventilação. Resistência que assegura proteção ao usuário. Com encaixe para fixação do protetor de nuca, elemento refletivo na parte traseira e amortecedores laterais e frontais. Especificação Técnica: Casco: ABS Regulagem de Tamanho: 54cm a 62cm Jugular: Regulável Sistema de Regulagem: Catraca Certificado: CA	UNIDADE	04			
VALOR TOTAL						

3 – Declaro para os devidos fins que nos valores propostos são exequíveis e estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

4 – CONDIÇÕES GERAIS:

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação, bem como de seus anexos.

5 – LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:

De acordo com o especificado no Termo de Referência, deste Edital.

Validade da Proposta: Conter o prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 90, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

ENDEREÇO DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS:

BANCO :

AGÊNCIA:

CONTA:

OPERAÇÃO:



NOME DA EMPRESA E SEU REPRESENTANTE LEGAL

de _____ de 2026.

Assinatura do Proponente



EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO 1585/25, APENSO: 1350/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO III

Aos _____ dias _____ do mês de _____ do ano de _____, registram-se os preços da Empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ _____ sob o nº _____, neste ato representada pelo sr. _____, portador da carteira de Identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2025, . Processo Nº **1585/25, APENSO: 1350/2025**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir. Constitui objeto desta Licitação o Registro de eventual e futura aquisição de o de EPIs, EPC E MATERIAL DE CONSUMO, através do Sistema de Registro de Preços, atendendo à demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e da Secretaria Municipal de Defesa Civil. Integram esta Ata de Registro de Preços o Termo de Proposta Comercial – Anexo II, independente de transcrição.

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO R\$
01	Óculos proteção, material armação: policarbonato e nylon, tipo proteção: lateral, material proteção: policarbonato, tipo lente: anti-risco, anti embaçante, cor lente: incolor, características adicionais: com cordão de segurança, hastes de cor preta, material lente: p	UNIDADE	80	
02	Óculos proteção, material armação: nylon regulável, tipo proteção: lateral, tipo lente: policarbonato, cor	UNIDADE	30	
03	Luva segurança, material: vaqueta, tamanho: GG, aplicação: segurança e proteção individual. características adicionais: duplo reforço com punho feito em raspa, espessura: 2 mm, comprimento: 27cm, largura: 12,5 cm, tipo: petroleira	UNIDADE	150	
04	Mascara de solda automática, visor de 93x43mm, 2 sensores frontais, Din 9-13 ajustável, função esmerilhar, retardo e sensibilidade ajustáveis, bateria substituível, led de bateria baixa, função teste ADF	UNIDADE	02	
05	Luva para eletricitista isolante de borracha, tipo 2 classes 00, para tensão máxima de uso 500v tamanho 10	UNIDADE	02	
06	Botina segurança, material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bi densidade, modelo: sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobel com solado em poliuretano bi densidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricitista, tamanho: sob medida, cor: preta	PAR	280	



07	Avental de soldador, material: raspa de couro, comprimento: 1,20m, largura: 0,70m, inteiriço, sem emendas, com fivelas e tiras de ajuste, com mangas longas tipo Barbeiro	UNIDADE	06	
08	Perneira de segurança confeccionada em raspa de couro, fechamento em velcro na vertical, metatarso em raspa com duas tiras em raspa e fivela metálica nas partes superiores e inferiores.	PAR	09	
09	Máscara Facial Respirador C/ 2 Filtros Gases Ácidos Vapores. Respirador reutilizável semifacial, filtro duplo, com corpo moldado em elastômero sintético no tamanho médio, com tirantes fixos. MÁSCARA: O corpo do respirador é moldado em elastômero sintético atóxico, ultramacio, com bordas internas almofadadas. Possui uma válvula de inalação e duas de exalação. A aranha frontal de fixação, o conector para filtro, as válvulas e os cartuchos são fabricados em plástico resistente ao calor. Oferece fixação à face em quatro pontos, através de tirantes elásticos móveis com regulagem de pressão proporcionada pela variação de comprimento, através de passadores em plástico resistente. O filtro químico é composto por carvão ativado granulado, contido em um cartucho plástico. Filtro químico Classe 1 é eficaz contra vapores	UNIDADE	02	
10	Kit 2 Filtros Refil Cartucho Máscara Respirador Químico Vapores Orgânicos e Gases Ácidos Filtros químicos, composto por carvão ativado granulado envolvido por um cartucho plástico. Filtro químico Classe 1 contra vapores orgânicos e gases ácidos até 1000ppm, cloro até 10ppm e ácido clorídrico ou dióxido de enxofre até 50ppm ou 10 vezes o seu limite de tolerância ou até a concentração IPVS, o que for menor.	PAR	15	
11	Suporte facial com catraca constituído de coroa e carneira de material plástico, com regulagem de tamanho através de catraca, malha 8"x12", fabricado em tela de aço com cerca de 310mm de largura e 195mm de altura	UNIDADE	30	
12	Abafador de ruído auricular tipo concha, haste em aço-mola inoxidável eletricamente isolada, concha com revestimento em TPU, concha em plástico ABS, nível de atenuação 23 dB	UNIDADE	50	
13	Capa de proteção contra chuva e confeccionada em PVC impermeável com forro em poliéster, costura de solda eletrônica, com manga longa e capuz, fechamento frontal com quatro botões de pressão.	UNIDADE	250	
14	Bota cano longo PVC, impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	PAR	150	
15	Fita de isolamento Fita de sinalização e segurança utilizada para isolar e sinalizar áreas é produzida em filme de PEBD de baixa densidade sem adesivo e impresso na cor preta e amarela, fita com espessura de 50 e colocada num tubete de papelão com largura de 70 mm. Características: Tamanho: 200m X 70mm Cor: preto e amarela Quantidade: 100 rolos.	ROLO	150	
16	LIMAS 02 Kits Com 12 unidades Lima Para Amolar Afiar Motosserra tamanho 8"X7/32"- 20X5,5MM,redonda ferramenta perfeita para manter a sua motosserra em	UNIDADE		



	perfeitas condições. Este kit é composto por 12 limas redondas de aço carbono, um material resistente e durável que garante um afiamento eficaz e preciso estas limas são ideais para trabalhar com precisão, permitindo-lhe afiar a sua motosserra de forma rápida e eficiente. O seu peso leve de 19g torna-as fáceis de manusear, proporcionando um maior conforto durante o uso.		24	
17	ROLO CORRENTE MOTOSSERRA Passo: 3/8" Quantidade de dentes: 820 Comprimento: 100 pés (30,5 mts) Calibre :1.6mm - 0,063" Lima recomendada: 7/32" Perfil do dente: Semi-Quadrado Guia Simples Conteúdo Embalagem: 01 rolo com 820 dentes Pacote com emendas e elos Caixinhas para Loop	ROLO	02	
18	CORDA BOMBEIRO Nr18 Tipo Bombeiro 12mm. Em Poliamida Bobina 200 Metros. Corda constituída em trançado triplo e alma central. Trançado externo em multifilamento de Poliamida trançado intermediário e o alerta visual na cor amarela em multifilamento de polipropileno ou poliamida na cor amarela com o mínimo de 50% de identificação, não podendo ultrapassar 10% da densidade linear. Trançado interno em multifilamento de poliamida e alma central torcida em multifilamentos de poliamida. Possui identificação interna gravada NR 18.16,5 ISO 1140 1990. A corda de segurança NR18 foi desenvolvida exclusivamente para uso em Cadeira Suspensa e Cabo Guia de Segurança para Fixação do Trava-quedas; conforme publicação da Secretaria de Inspeção do Trabalho / Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, inserido na Norma Regulamentadora 18 – Portaria nº 13 de 09 de Julho de 2002. Uso recomendado: Corda para uso específica em cadeiras suspensas e fixação de trava quedas. Carga de Ruptura.20kn = 2.038(kgf).Cabo sem capa externa (mínimo) 15kn = 1.529(kgf) Diâmetro nominal (mínimo) : 12,0mm. Desvio limite : +0,5mm. Fita inserida na alma gravada NR 18.16,5 ISSO 114	METRO	600	
19	LUVAS DE BORRACHA ALTA VOLTAGEM Luva isolante para alta tensão. Classe da luva: 3;• Cor da marcação: verde ;Cor da luva: preta; Resistente a ozônio (O ³); Tensão de ensaio: 30 KV; Tensão máxima de uso: 26.500 V;. Tamanho G	PAR	03	
20	MOCHILAS TÁTICA Modelo: PQD (Paraquedista) Cor: LARANJA OU AZUL Material: Tecido Nylon Poli 600 Fechamento Superior: Corda e Zíper Bolsos: Bolso superior com fechamento em zíper Bolso do lado esquerdo e direito com regulador Bolso traseiro para acoplagem de acessório, oferecendo mais rigidez à postura. Alças: Duas alças reguláveis em Nylon Poli 600 com revestimento interno em espuma Pack 6 mm para melhor conforto. Alça com fita torácica e abdominal para melhor ajuste. Suportes para Fixação de Acessórios: Possui suportes estrategicamente posicionados para fixação de acessórios adicionais. Medidas Aproximadas: Comprimento: 60 cm Largura (frontal/externa): 34 cm Lateral (espessura): 20 cm Volume Aproximado: 45 Litros	UNIDADE	30	
21	LUVAS DE PROTEÇÃO DE COURO Luvas fabricada em couro materiais de alto desempenho e costurada com fios de aramida. Conforto e segurança Revestimento	PAR		



	interno especial. Proteção térmica superior – Oito vezes maior que as luvas tradicionais de raspa, vaqueta ou lona. Até 500°C com intermitência de 15 segundos, de acordo com o ensaio da norma EN 407*. maior produtividade e redução no intervalo de tempo por parte soldada melhora significativa nos trabalhos de soldagem contínua, melhor opção para trabalhos em soldas diversas (Eletrodos, MIG, Oxi-Acetilênica, Dentre outros processos). Maior resistência e durabilidade.		50	
22	ÓCULOS DE PROTEÇÃO Descrição Óculos de segurança com lente de proteção em policarbonato com tratamento antirrisco, antiembaçante e UV, armação convencional com revestimento interno em borracha macia. DESCRIÇÃO TÉCNICA OCULOS Tratamento antirrisco e antiembaçante Revestimento interno em borracha macia para maior conforto O tirante elástico concede um ajuste confortável Certificado de aprovação.	UNIDADE	20	
23	BOTAS DE SEGURANÇA DESCRIÇÃO TÉCNICA • Cabedal: Couro legítimo de alta durabilidade. • Forro: Poliéster respirável com tratamento antibacteriano. • Atacador: Cadarço trançado em poliéster de alta resistência • Passadores: Nylon reforçado, garantindo durabilidade. • Biqueira: Rígida em Termoplástico. • Solado: Micro expandido, leve, antiderrapante e resistente à abrasão. • Palmilha: P.U expandido, anatômica, antibacteriana e confortável. DADOS ESPECÍFICOS • Altura do cano: 12,5cm • Altura do salto: 5,0cm • Altura TOTAL: 17,5cm (baseado no tamanho 40, podendo sofrer alterações). • Peso: 505gr (baseado no PÉ tamanho 40, podendo sofrer alterações). Cor: Bege ou Marrom MEDIDA DA PALMILHA Tam. 37 – 26,0 cm Tam. 38 – 26,5 cm Tam. 39 – 27 cm Tam. 40 – 28 cm Tam. 41 – 28,5 cm Tam. 42 – 29 cm Tam. 43 – 29,5 cm Tam. 44 – 30 cm	PAR	40	
24	CONE BARRIL SINALIZADOR DE TRÁFEGO Cores: Laranja com Faixa Refletiva Branca. Material: Polietileno Dimensões: Altura Total: 1200mm Altura da Base: 280mm Largura da Base: 590mm Diâmetro do Topo: 400mm Peso: 20Kg	UNIDADE	06	
25	CONE DE SINALIZAÇÃO 75cm Cone de sinalização flexível em polietileno com base de borracha, utilizado em vias públicas e em rodovias de todo território nacional. Sua função é controlar e auxiliar a sinalização sempre visando à segurança e a tranquilidade das pessoas. Características técnicas: Cor: laranja com refletivo branco. Material: PVC Altura: 75cm. Possui refletivos.	UNIDADE	30	
26	LANTERNA TÁTICA: Itens inclusos: 1 x Lanterna Tática Bulldog XHP50 T9 1 x Cabo USB (utiiza carregador de celular) 1 x Bateria 26650 1 x Adaptador para pilhas 1 x Adaptador Bateria 18650 1 x Alça de mão 1 x Linda Caixa Tipo Estojo Descrição Técnica: Tipo de LED: XHP50 T9 FLAT Super White Material: Liga de Magnésio Fonte de Energia: Bateria Recarregável 26650 Carregador: 4.2v a 5V (carregador de celular) Padrão de segurança: IPX4 Peso com bateria: 280g Potência luz baixa 1.120.000 Lumens Potência luz média 5.400.000 Lumens Potência máxima 6.480.000 Lumens Comprimento: 16,60cm Diâmetro Frente: 4,0cm Diâmetro Lente: 3,2cm Diâmetro Corpo: 3,3cm Diâmetro Traseira: 3,3cm	UNIDADE	20	



27	JAPONAS IMPERMEÁVEIS PARA CHUVA JAPONAS IMPERMEÁVEIS Japona Operacional Vértice Com Gola, Capuz e Refletivo em Nylon. Emborrachada, impermeável, térmica e Ventilada. Tecido de Nylon emborrachado com uma face em poliamida e a outra em PVC, produto reforçado, costurada em maquina overloque de cinco fios, tornando a vestimenta extremamente resistente ao rasgamento. Todas as costuras são impermeabilizadas internamente por um processo especial de selagem térmica. Vantagens: Alta proteção térmica, 100% impermeável, faixas refletivas utilizadas atendem a NBR 15292, possui bolsos faca na parte externa e ventilada para um melhor conforto térmico. Cor: Laranja TAM: G 14 unidades TAM: M 08 unidades TAM: P 08 unidades	UNIDADE	30	
28	EPI (CALÇA IMPERMEÁVEL) Especificações: Detalhes da vestimenta: Regulagem na cintura através de elástico e cordão com ponteiros de PVC para acabamento. Modelo fornecido com faixas refletivas de 50 mm circulando as pernas. As faixas refletivas utilizadas atendem a NBR 15292. Materiais: Nylon emborrachado, linha, cadarço, elástico, ponteira. Segurança: Normas técnicas: BS EN 343:2003 + A1: 2007, BS 3546:1974. CA (Certificado de Aprovação) TAM: G 14 unidades TAM: M 08 unidades TAM: P 08 unidades	UNIDADE	30	
29	Kit Operador de Motosserra: Itens Inclusos: 1 Blusão 1 Calça 1 Capacete Florestal 1 Par de Luvas tamanho 9(G) FICHA TÉCNICA: BLUSÃO OPERADOR DE MOTOSSERRA:CA. Blusão de segurança de acordo com norma ISO 11.393-6:2007 Blusão de segurança, tipo jaqueta, confeccionado em tecido externo em poliéster, com 10 camadas internas de Proteção em tela de poliéster de ALTA TENACIDADE nos ombros e membros superiores, braços e colarinho, forro em poliéster e algodão, com zíper na parte frontal. CALÇA OPERADOR DE MOTOSSERRA TIPO A - 230° - CPM 3000 - CA. Calça para Operador de Motosserra desenvolvida de acordo norma ISO 11.393-2:1999 específica para oferecer proteção anticorte para o operador de motosserra. Modelo com elástico e cordão para ajuste, confeccionada em tecido externo em poliéster, com 08 camadas internas de proteção em tela de poliéster de ALTA TENACIDADE, posicionadas no ângulo de 230° em torno das pernas do usuário, desde a cintura ao tornozelo, forro interno em poliéster e algodão. CAPACETE SEGURANÇA ACOPLADO PROTETOR AUDITIVO e TELA 8" - CPT 168 Capacete acoplado de protetor auditivo e protetor facial oferece três tipos de proteção distintos. O casco com carneira, desenvolvidos para proteger de impactos sobre o crânio. Suspensão e carneira plástica com regulagem de tamanho ajustável conta também com tira absorvedora de suor. O Abafador de ruídos tipo concha, acoplado ao capacete através de SLOT. As conchas do abafador com pino para ajuste de altura LUVAS DE SEGURANÇA 5 DEDOS - Tam. 9 - CA. Confeccionada em couro vaqueta na palma, e na ponta dos dedos, reforço interno em vaqueta. O dorso e face dos dedos é produzido com nylon e tem elástico no centro para melhor posicionamento da	KIT	03	



	luva. Punho em material dublado para melhor calçar. Indicada para atividades que necessitam de proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes.			
30	1 CINTA 10 TONELADAS 6 METROS DESCRIÇÃO: Material: 100% Poliéster Fator de Segurança 7:1 (7 vezes maior que a sua capacidade) Norma ABNT NBR 15637 – 1: 2012 Cor: Laranja Tipo: Sling Especificações Técnicas: Carga máxima de trabalho: 10 Toneladas Largura: 300mm Comprimento: 6 metros Temp. de trabalho: entre -40°C e + 100°C Fita Dupla Pontas Olhais revestidas Carga de trabalho posição vertical/direta:10,0 tf Carga de trabalho posição força/laço:8,0 tf Carga de trabalho posição cesto/paralela:20,0 tf Carga de trabalho posição cesto/angular até 45°:14,0 tf Carga de trabalho posição cesto/angular 46° até 60°:10,0 tf Massa aproximada (peso):12,18 kg	METRO	06	
31	Cinturão de segurança tipo paraquedista e abdominal: Fabricado em fita de poliéster com costura zig-zag. Argolas de aço em “D” na região dorsal, peitoral, umbilical, nos ombros e nas laterais. Pontos de conexão: dorsal e peitoral para proteção contra queda, lateral para técnica de posicionamento em altura, umbilical e ombro para trabalho de suspensão e sustentação (resgate). Almofadas para conforto nas pernas e lombar. Fivelas em aço para ajustes no suspensório, dorso, cintura e nas pernas. Mosquetão Oval em aço, para o fechamento do suspensório e porta equipamentos emborrachados nas laterais. Possuir indicador de queda. Aplicações: Retenção de queda, técnica de posicionamento em altura, resgate, e acesso por cordas. Benefícios: Almofadas para conforto nas pernas e lombar; Porta equipamentos; 6 fivelas para ajuste; Retentor de fitas; Indicador de queda; ID CARD e etiqueta de controle para inspeção; Bolsa exclusiva para guarda e conservação Cores; •. Leve e confortável; - Normas: NBR: 15.835 e 15.836:2010	UNIDADE	02	
32	Bota De Pvc: Descrição: Bota impermeável, cano longo tipo C, classe II, produzida com composto polimérico de PVC. Alta flexibilidade e com bom comportamento ao desgaste. Sola com propriedades antiderrapantes, resistente ao escorregamento em piso cerâmico e piso de aço (SRC), e resistente à óleo combustível (FO). Especificações (Certificado de Aprovação). Simbologia: OB SRC FO - NBR ISO 20347:2015. Cor: Preta. Forro: Membrana easily-dried (rápida secagem) Altura: 28cm (base numeração média).	PAR	40	



33	<p>GRAMPO MANILHA Manilha Reta 5/8 Pol com Pino Roscado 3/4 Pol Aço Alloy 3,25 Composição do produto: Material: Corpo e pino forjado de Aço Alloy. Detalhes técnicos: Fator de segurança: 6:1. Capacidade de trabalho: 3250 Kgf. Peso: 0,590 Kg. Medidas: Diâmetro do corpo: 5/8 Pol. Diâmetro do pino: 3/4 Pol. Comprimento interno: 53 mm. Largura interna: 28 mm. Largura da abertura: 28 mm. Espessura do pino: 19 mm.</p>	UNIDADE	10	
34	<p>Cinta para Amarração de Cargas 5000Kg 50mm x 5m com Catraca e 2 Ganchos Destinada ao uso em amarração de carga adequadas, produzida em poliéster de alta tenacidade, com parte fixa com catraca e gancho no formato “J” e parte longa com gancho no formato “J”. Acabamento especial no processo de pigmentação para garantir alta resistência à abrasão, radiação ultravioleta, umidade e ao envelhecimento do tecido. Especificações Técnicas: Carga de trabalho: 5000kg Dimensões (LxC): 50mm x 5m Fator de segurança: 2:1 Adequada a norma: ABNT NBR 15883-2:2015 e resoluções CONTRAN 552/2015 e 631/2016 Conteúdo da Embalagem: 1 Cinta Catraca 2 Ganchos - Garantia: 6 meses ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO</p>	KIT	03	
35	<p>Escada Alumínio Telescópica 5.6m 18 Degraus – Multifuncional Total de Degraus: 18 Altura Máxima: 5.6 metros Material: Alumínio de alta resistência Capacidade de Carga: Até 150kg Garantia: 1 Ano de Fábrica</p>	UNIDADE	01	
36	<p>Escada Articulada Multifuncional 4x4 16 Degraus em Alumínio Degraus: 16 Altura Fechada: 1,21m Altura Aberta: 2,18m Altura Esticada: 4,48m Altura Andaime: 1,26m Distância entre os degraus: 24cm Largura: 34cm Peso (kg): 11,90 Suporte de Carga: 150kg Tamanho Para Transporte: 27 x 34 x 1,21m</p>	UNIDADE	01	



	Garantia: 1 Ano de Fábrica			
37	<p>PROTETOR FACIAL KIT FLORESTAL (CAPACETE+SUPORTE+ABAFADOR+MALHA PLASTICA) CA</p> <p>Capacete de segurança, Tipo II, classe B, com aba frontal casco de polietileno composto por 1 nervura e regulagem de tamanho por catraca ou pinos, Suspensão composta por carneira e coroa em polietileno, polipropileno e poliamida, tipo separáveis. Carneira fixada ao casco através de 08 (oito) pontos de fixação. Tira absorvente de suor de poliuretano e couro sintético.</p> <p>ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO</p>	KIT	05	
38	<p>Bastão sinalizador recarregável Possui um cabo confortável com cordão de segurança para maior estabilidade no uso.</p> <p>LUMINOSIDADE</p> <p>Emite luz LED por todo o seu comprimento</p> <p>Possui luz de LED branca na ponta para ser utilizado como lanterna</p> <p>FUNCIONAMENTO</p> <p>Alimentado por 2 pilhas grandes modelo D (inclusas)</p> <p>ESPECIFICAÇÕES</p> <p>Dimensões: 54 x 4 cm Cor: laranja</p> <p>LED: branco</p> <p>PESO: 200 GRAMAS</p>	UNIDADE	10	
39	<p>PISCA DE ADVERTÊNCIA GLOBO Pisca de advertência globo, fabricado em polietileno flexível de alta densidade, com proteção contra raios UV.</p> <p>Possui sistema fotocélula, com 4 Led's de alto brilho alimentado por 4 pilhas AA, durabilidade estimada em 180 horas, acionamento através de botão liga e desliga.</p> <p>Base com encaixes para cones, super cones, barreiras, cavaletes e balizadores.</p> <p>Cúpulas na cor vermelho</p>	UNIDADE	10	
40	<p>Calça Tática à Prova de Vento e Água com Bolsos Múltiplos</p> <p>Cintura Média</p> <p>Tamanho Grande: Sim Tipos de ajuste de calças: Slim Fit Estampa: Lisa</p> <p>Material: Poliéster Descrição do produto</p> <p>Cor: Preto ou Cáqui</p> <p>Tamanho: P, M, G, GG</p> <p>Composição: 100% Poliéster</p> <p>Comprimento: Regular Detalhes: Bolsos múltiplos</p> <p>Estampa: Cor sólida</p> <p>Tecido: Não Elástico</p> <p>Estação: Todas as estações</p> <p>Estilo: Casual</p> <p>P = 05 un</p> <p>M = 05 un</p> <p>G = 12 un</p> <p>GG = 08 un</p>	UNIDADE	30	



41	<p>CAVALETE 1M X 1M Cavalete plástico desmontável, fabricado em polietileno de baixa densidade, com proteção contra raios UV, resistente a intempéries (sol e chuva), possui 1,03 m de altura X 1 m de comprimento X 90 cm de largura. Dispõe de 2 vigas de 17 cm de largura, com refletivo adesivo de alta visibilidade, e rebaixo para proteção das mesmas, dos dois lados da peça. Possui orifício superior para encaixe de Pisca de advertência externo (sinalizador noturno). Com enchimento mineral (areia) nas laterais, peso de aproximadamente 6,5 kg até 25 kg. COR: Laranja</p>	UNIDADE	06	
42	<p>Capacete Classe A - Tipo III escalada em rocha, resgate, alpinismo e espeleologia, podendo ser utilizado entre temperaturas de -19° até 49°. Fabricado em ABS (acrilonitrila butadieno estireno) com tratamento UV, leve e confortável, possuir fitas antialérgicas, testeira acolchoada, suportes para lanterna e encaixe para viseira, protetor auricular e encaixe para protetor de nuca. Ventilação frontal, laterais e traseira protegidas por telas, proporcionando alta ventilação. Resistência que assegura proteção ao usuário. Com encaixe para fixação do protetor de nuca, elemento refletivo na parte traseira e amortecedores laterais e frontais. Especificação Técnica: Casco: ABS Regulagem de Tamanho: 54cm a 62cm Jugular: Regulável Sistema de Regulagem: Catraca Certificado: CA</p>	UNIDADE	04	

1 – DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE MEDIDA	QUANT. MINIMA	QUANT. MÁXIMA	REQUISITANTE
1	Óculos proteção, material armação: policarbonato e nylon, tipo proteção: lateral, material proteção: policarbonato, tipo lente: anti-risco, anti embaçante, cor lente: incolor, características adicionais: com cordão de segurança, hastes de cor preta, material lente: policarbonato.	399611	UNIDADE	01	80	SMOI (1350/25)
2	Óculos proteção, material armação: nylon regulável, tipo proteção: lateral, tipo lente: policarbonato, cor lente: verde.	281881	UNIDADE	01	30	SMOI (1350/25)



3	Luva segurança, material: vaqueta, tamanho: GG, aplicação: segurança e proteção individual. características adicionais: duplo reforço com punho feito em raspa, espessura: 2 mm, comprimento: 27cm, largura: 12,5 cm, tipo: petroleira	449497	UNIDADE	21	150	SMOI (1350/25) 100 un SMDC (1585/25) 50 un
4	Mascara de solda automática, visor de 93x43mm, 2 sensores frontais, Din 9-13 ajustável, função esmerilhar, retardo e sensibilidade ajustáveis, bateria substituível, led de bateria baixa, função teste ADF	613684	UNIDADE	01	02	SMOI (1350/25)
5	Luva para eletricista isolante de borracha, tipo 2 classes 00, para tensão máxima de uso 500v tamanho 10.	614889	UNIDADE	01	02	SMOI (1350/25)
6	Botina segurança , material: couro vaqueta lisa, material sola: Poliuretano bi densidade, modelo: sem cadarço, elástico nas laterais, tipo sola: antiderrapante, características adicionais: palmilha de montagem em não tecido, fixada pelo sistema strobel com solado em poliuretano bi densidade injetado direto ao cabedal, biqueira: composite para uso eletricista, tamanho: sob medida, cor: preta.	NÃO LOCALIZADO	PAR	01	280	SMOI (1350/25) Tamanho/Quantidade 39 = 50 40 = 40 41 = 50 42 = 50 43 = 40 44 = 30 45 = 10 46 = 10
7	Avental de soldador, material: raspa de couro, comprimento: 1,20m, largura: 0,70m, inteiriço, sem emendas, com fivelas e tiras de ajuste, com mangas longas tipo Barbeiro	440995	UNIDADE	01	06	SMOI (1350/25)
8	Perneira de segurança confeccionada em raspa de couro, fechamento em velcro na vertical, metatarso em raspa com duas tiras em raspa e fivela metálica nas partes superiores e inferiores.	221214	PAR	02	09	SMOI (1350/25) 06 pares SMDC (1585/25) 03 pares



9	Máscara Facial Respirador C/ 2 Filtros Gases Ácidos Vapores. Respirador reutilizável semifacial, filtro duplo, com corpo moldado em elastômero sintético no tamanho médio, com tirantes fixos. MÁSCARA: O corpo do respirador é moldado em elastômero sintético atóxico, ultramacio, com bordas internas almofadadas. Possui uma válvula de inalação e duas de exalação. A aranha frontal de fixação, o conector para filtro, as válvulas e os cartuchos são fabricados em plástico resistente ao calor. Oferece fixação à face em quatro pontos, através de tirantes elásticos móveis com regulagem de pressão proporcionada pela variação de comprimento, através de passadores em plástico resistente. O filtro químico é composto por carvão ativado granulado, contido em um cartucho plástico. Filtro químico Classe 1 é eficaz contra vapores orgânicos e gases ácidos.	336783	UNIDADE	01	02	SMOI (1350/25)
10	Kit 2 Filtros Refil Cartucho Máscara Respirador Químico Vapores Orgânicos e Gases Ácidos Filtros químicos, composto por carvão ativado granulado envolvido por um cartucho plástico. Filtro químico Classe 1 contra vapores orgânicos e gases ácidos até 1000ppm, cloro até 10ppm e ácido clorídrico ou dióxido de enxofre até 50ppm ou 10 vezes o seu limite de tolerância ou até a concentração IPVS, o que for menor.	290968	PAR	01	15	SMOI (1350/25)
11	Suporte facial com catraca constituído de coroa e carneira de material plástico, com regulagem de tamanho através de catraca, malha 8"x12", fabricado em tela de aço com cerca de 310mm de largura e 195mm de altura	476182	UNIDADE	01	30	SMOI (1350/25)



12	Abafador de ruído auricular tipo concha, haste em aço-mola inoxidável eletricamente isolada, concha com revestimento em TPU, concha em plástico ABS, nível de atenuação 23 dB	342197	UNIDADE	01	50	SMOI (1350/25)
13	Capa de proteção contra chuva e confeccionada em PVC impermeável com forro em poliéster, costura de solda eletrônica, com manga longa e capuz, fechamento frontal com quatro botões de pressão.	477889	UNIDADE	21	250	SMOI (1350/25) 150 un SMDC (1585/25) 100 un
14	Bota cano longo PVC , impermeável de fácil higienização na cor preta com solado amarelo de cano alto 45 cm, tipo D classificação II, impermeável, confeccionado em PVC (policloreto de polivinila) de fácil higienização. Com solado PVC Full Grip antiderrapante.	620540	PAR	01	150	Tamanho /Quantidade 40 = 30 41 = 40 42 = 40 43 = 40 SMOI (1350/25) 150 un
15	<u>Fita de isolamento</u> Fita de sinalização e segurança utilizada para isolar e sinalizar áreas é produzida em filme de PEBD de baixa densidade sem adesivo e impresso na cor preta e amarela, fita com espessura de 50 e colocada num tubete de papelão com largura de 70 mm. Características: Tamanho: 200m X 70mm Cor: preto e amarela Quantidade: 100 rolos .	NÃO LOCALIZ ADO	ROLO	50	150	SMDC (1585/25)



16	LIMAS 02 Kits Com 12 unidades Lima Para Amolar Afilar Motosserra tamanho 8"X7/32"-20X5,5MM,redonda ferramenta perfeita para manter a sua motosserra em perfeitas condições. Este kit é composto por 12 limas redondas de aço carbono, um material resistente e durável que garante um afiamento eficaz e preciso estas limas são ideais para trabalhar com precisão, permitindo-lhe afiar a sua motosserra de forma rápida e eficiente. O seu peso leve de 19g torna-as fáceis de manusear, proporcionando um maior conforto durante o uso.	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	12	24	SMDC (1585/25)
17	ROLO CORRENTE MOTOSSERRA Passo: 3/8" Quantidade de dentes: 820 Comprimento: 100 pés (30,5 mts) Calibre :1.6mm - 0,063" Lima recomendada: 7/32" Perfil do dente: Semi-Quadrado Guia Simples Conteúdo Embalagem: 01 rolo com 820 dentes Pacote com emendas e elos Caixinhas para Loop	NÃO LOCALIZADO	ROLO	01	02	SMDC (1585/25)
	CORDA BOMBEIRO _Nr18 Tipo Bombeiro 12mm. Em Poliamida Bobina 200 Metros. Corda constituída em trançado triplo e alma central. Trançado externo em multifilamento de Poliamida trançado intermediário e o alerta visual na cor amarela em multifilamento de polipropileno ou poliamida na cor amarela com o mínimo de 50% de identificação, não podendo ultrapassar 10% da densidade linear. Traçado interno em multifilamento de poliamida e alma central torcida em multifilamentos de poliamida. Possui identificação interna gravada NR 18.16,5 ISO 1140 1990. A corda de segurança NR18 foi desenvolvida exclusivamente para uso em Cadeira Suspensa	NÃO LOCALIZADO	METRO	200	600	SMDC



	<p>e Cabo Guia de Segurança para Fixação do Trava-quedas; conforme publicação da Secretaria de Inspeção do Trabalho / Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, inserido na Norma Regulamentadora 18 – Portaria nº 13 de 09 de Julho de 2002. Uso recomendado: Corda para uso especifica em cadeiras suspensas e fixação de trava quedas. Carga de Ruptura.20kn = 2.038(kgf).Cabo sem capa externa (mínimo) 15kn = 1.529(kgf) Diâmetro nominal (mínimo) : 12,0mm. Desvio limite : +0,5mm. Fita inserida na alma gravada NR 18.16,5 ISSO 114</p>					(1585/25)
19	<p>LUVAS DE BORRACHA ALTA VOLTAGEM Luva isolante para alta tensão. Classe da luva: 3;• Cor da marcação: verde ;Cor da luva: preta; Resistente a ozônio (O³); Tensão de ensaio: 30 KV; Tensão máxima de uso: 26.500 V;. Tamanho G</p>	NÃO LOCALIZADO	PAR	01	03	SMDC (1585/25)
20	<p>MOCHILAS TÁTICA Modelo: PQD (Paraquedista) Cor: LARANJA OU AZUL Material: Tecido Nylon Poli 600 Fechamento Superior: Corda e Zíper Bolsos: Bolso superior com fechamento em zíper Bolso do lado esquerdo e direito com regulador Bolso traseiro para acoplagem de acessório, oferecendo mais rigidez à postura. Alças: Duas alças reguláveis em Nylon Poli 600 com revestimento interno em espuma Pack 6 mm para melhor conforto. Alça com fita torácica e abdominal para melhor ajuste. Suportes para Fixação de Acessórios: Possui suportes estrategicamente posicionados para fixação de acessórios adicionais.</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	10	30	SMDC (1585/25)



	Medidas Aproximadas: Comprimento: 60 cm Largura (frontal/externa): 34 cm Lateral (espessura): 20 cm Volume Aproximado: 45 Litros					
21	<u>LUVAS DE PROTEÇÃO DE COURO</u> Luvas fabricada em couro materiais de alto desempenho e costurada com fios de aramida. Conforto e segurança Revestimento interno especial. Proteção térmica superior – Oito vezes maior que as luvas tradicionais de raspa, vaqueta ou lona. Até 500°C com intermitência de 15 segundos, de acordo com o ensaio da norma EN 407*. maior produtividade e redução no intervalo de tempo por parte soldada melhoria significativa nos trabalhos de soldagem contínua, melhor opção para trabalhos em soldas diversas (Eletrodos, MIG, Oxi-Acetilênica, Dentre outros processos). Maior resistência e durabilidade.	NÃO LOCALIZADO	PAR	20	50	SMDC (1585/25)
22	<u>ÓCULOS DE PROTEÇÃO</u> DESCRIÇÃO TÉCNICA Óculos de segurança com lente de proteção em policarbonato com tratamento antirrisco, antiembaçante e UV, armação convencional com revestimento interno em borracha macia. DESCRIÇÃO TÉCNICA OCULOS Tratamento antirrisco e antiembaçante Revestimento interno em borracha macia para maior conforto O tirante elástico concede um ajuste confortável Certificado de aprovação.	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	05	20	SMDC (1585/25)
23	<u>BOTAS DE SEGURANÇA</u> DESCRIÇÃO TÉCNICA • Cabedal: Couro legítimo de alta durabilidade. • Forro: Poliéster respirável com tratamento antibacteriano. • Atacador: Cadeado trançado em poliéster de alta resistência. • Passadores: Nylon reforçado, garantindo durabilidade. • Biqueira: Rígida em	NÃO LOCALIZADO	PAR	20	40	TAMANHO / QUANTIDADE 37 04 39 06 40 10



	<p>Termoplástico.</p> <ul style="list-style-type: none">• Solado: Micro expandido, leve, antiderrapante e resistente à abrasão.• Palmilha: P.U expandido, anatômica, antibacteriana e confortável. <p>DADOS ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none">• Altura do cano: 12,5cm• Altura do salto: 5,0cm• Altura TOTAL: 17,5cm (baseado no tamanho 40, podendo sofrer alterações).• Peso: 505gr (baseado no PÉ tamanho 40, podendo sofrer alterações). <p>Cor: Bege ou Marrom</p> <p>MEDIDA DA PALMILHA</p> <table><tr><td>Tam.</td><td>37</td><td>–</td><td>26,0</td><td>cm</td></tr><tr><td>Tam.</td><td>38</td><td>–</td><td>26,5</td><td>cm</td></tr><tr><td>Tam.</td><td>39</td><td>–</td><td>27</td><td>cm</td></tr><tr><td>Tam.</td><td>40</td><td>–</td><td>28</td><td>cm</td></tr><tr><td>Tam.</td><td>41</td><td>–</td><td>28,5</td><td>cm</td></tr><tr><td>Tam.</td><td>42</td><td>–</td><td>29</td><td>cm</td></tr><tr><td>Tam.</td><td>43</td><td>–</td><td>29,5</td><td>cm</td></tr><tr><td>Tam.</td><td>44</td><td>–</td><td>30</td><td>cm</td></tr></table>	Tam.	37	–	26,0	cm	Tam.	38	–	26,5	cm	Tam.	39	–	27	cm	Tam.	40	–	28	cm	Tam.	41	–	28,5	cm	Tam.	42	–	29	cm	Tam.	43	–	29,5	cm	Tam.	44	–	30	cm					41 10 42 06 43 04 SMDC (1585/25)
Tam.	37	–	26,0	cm																																										
Tam.	38	–	26,5	cm																																										
Tam.	39	–	27	cm																																										
Tam.	40	–	28	cm																																										
Tam.	41	–	28,5	cm																																										
Tam.	42	–	29	cm																																										
Tam.	43	–	29,5	cm																																										
Tam.	44	–	30	cm																																										
24	<p>CONE BARRIL SINALIZADOR DE TRÁFEGO</p> <p>Cores: Laranja com Faixa Refletiva Branca. Material: Polietileno Dimensões: Altura Total: 1200mm Altura da Base: 280mm Largura da Base: 590mm Diâmetro do Topo: 400mm Peso: 20Kg</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	02	06	SMDC (1585/25)																																								
25	<p>CONE DE SINALIZAÇÃO 75cm</p> <p>Cone de sinalização flexível em polietileno com base de borracha, utilizado em vias públicas e em rodovias de todo território nacional. Sua função é controlar e auxiliar a sinalização sempre visando à segurança e a tranquilidade das pessoas. Características técnicas: Cor: laranja com refletivo branco. Material: PVC Altura: 75cm. Possui refletivos.</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	10	30	SMDC (1585/25)																																								
26	<p>LANTERNA TÁTICA:</p> <p>Itens inclusos:</p> <p>1 x Lanterna Tática Bulldog XHP50 T9</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	10	20																																									



	<p>1 x Cabo USB (utiiza carregador de celular) 1 x Bateria 26650 1 x Adaptador para pilhas 1 x Adaptador Bateria 18650 1 x Alça de mão 1 x Linda Caixa Tipo Estojo</p> <p>Descrição Técnica: Tipo de LED: XHP50 T9 FLAT Super White Material: Liga de Magnésio Fonte de Energia: Bateria Recarregável 26650 Carregador: 4.2v a 5V (carregador de celular) Padrão de segurança: IPX4 Peso com bateria: 280g Potência luz baixa 1.120.000 Lumens Potência luz média 5.400.000 Lumens Potência máxima 6.480.000 Lumens Comprimento: 16,60cm Diâmetro Frente: 4,0cm Diâmetro Lente: 3,2cm Diâmetro Corpo: 3,3cm Diâmetro Traseira: 3,3cm</p>					SMDC (1585/25)
27	<p><u>JAPONAS IMPERMEÁVEIS PARA CHUVA</u> JAPONAS IMPERMEÁVEIS Japona Operacional Vértice Com Gola, Capuz e Refletivo em Nylon. Emborrachada, impermeável, térmica e Ventilada. Tecido de Nylon emborrachado com uma face em poliamida e a outra em PVC, produto reforçado, costurada em maquina overloque de cinco fios, tornando a vestimenta extremamente resistente ao rasgamento. Todas as costuras são impermeabilizadas internamente por um processo especial de selagem térmica. Vantagens: Alta proteção térmica, 100% impermeável, faixas refletivas utilizadas atendem a NBR 15292, possui bolsos faca na parte externa e ventilada para um melhor conforto térmico. Cor: Laranja TAM: G 14 unidades TAM: M 08 unidades TAM: P 08 unidades</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	10	30	TAM: G 14 unidades TAM: M 08 unidades TAM: P 08 unidades SMDC (1585/25)



28	<p>EPI (CALÇA IMPERMEÁVEL) Especificações: Detalhes da vestimenta: Regulagem na cintura através de elástico e cordão com ponteiras de PVC para acabamento. Modelo fornecido com faixas refletivas de 50 mm circulando as pernas. As faixas refletivas utilizadas atendem a NBR 15292. Materiais: Nylon emborrachado, linha, cadarço, elástico, ponteira. Segurança: Normas técnicas: BS EN 343:2003 + A1: 2007, BS 3546:1974. CA (Certificado de Aprovação) TAM: G 14 unidades TAM: M 08 unidades TAM: P 08 unidades</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	10	30	TAM: G 14 unidades TAM: M 08 unidades TAM: P 08 unidades SMDC (1585/25)
29	<p>Kit Operador de Motosserra: Itens Inclusos: 1 Blusão 1 Calça 1 Capacete Florestal 1 Par de Luvas tamanho 9(G) FICHA TÉCNICA: BLUSÃO OPERADOR DE MOTOSSERRA:CA. Blusão de segurança de acordo com norma ISO 11.393-6:2007 Blusão de segurança, tipo jaqueta, confeccionado em tecido externo em poliéster, com 10 camadas internas de Proteção em tela de poliéster de ALTA TENACIDADE nos ombros e membros superiores, braços e colarinho, forro em poliéster e algodão, com zíper na parte frontal. CALÇA OPERADOR DE MOTOSSERRA TIPO A - 230° - CPM 3000 - CA. Calça para Operador de Motosserra desenvolvida de acordo norma ISO 11.393-2:1999 específica para oferecer proteção anticorte para o operador de motosserra. Modelo com elástico e cordão para ajuste, confeccionada em tecido externo em poliéster, com 08 camadas internas de proteção em tela de poliéster de ALTA TENACIDADE, posicionadas no ângulo de 230° em torno das pernas do usuário, desde a cintura</p>	NÃO LOCALIZADO	KIT	01	03	SMDC (1585/25)



	<p>ao tornozelo, forro interno em poliéster e algodão. CAPACETE SEGURANÇA ACOPLADO PROTETOR AUDITIVO e TELA 8" - CPT 168 Capacete acoplado de protetor auditivo e protetor facial oferece três tipos de proteção distintos. O casco com carneira, desenvolvidos para proteger de impactos sobre o crânio. Suspensão e carneira plástica com regulagem de tamanho ajustável conta também com tira absorvedora de suor. O Abafador de ruídos tipo concha, acoplado ao capacete através de SLOT. As conchas do abafador com pino para ajuste de altura LUVA DE SEGURANÇA 5 DEDOS - Tam. 9 - CA. Confeccionada em couro vaqueta na palma, e na ponta dos dedos, reforço interno em vaqueta. O dorso e face dos dedos é produzido com nylon e tem elástico no centro para melhor posicionamento da luva. Punho em material dublado para melhor calçar. Indicada para atividades que necessitam de proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes.</p>					
30	<p>1 CINTA 10 TONELADAS 6 METROS DESCRIÇÃO: Material: 100% Poliéster Fator de Segurança 7:1 (7 vezes maior que a sua capacidade) Norma ABNT NBR 15637 – 1: 2012 Cor: Laranja Tipo: Sling Especificações Técnicas: * Carga máxima de trabalho: 10 Toneladas * Largura: 300mm * Comprimento: 6 metros * Temp. de trabalho: entre -40°C e + 100°C Fita Dupla Pontas Olhais revestidas Carga de trabalho posição vertical/direta: 10,0 tf Carga de trabalho posição forca/laço: 8,0 tf Carga de trabalho posição cesto/paralela: 20,0 tf Carga de trabalho posição cesto/angular até 45°: 14,0 tf</p>	NÃO LOCALIZADO	METRO	06	06	SMDC (1585/25)



	Carga de trabalho posição cesto/angular 46° até 60°:10,0 tf Massa aproximada (peso):12,18 kg					
31	<p>Cinturão de segurança tipo paraquedista e abdominal: Fabricado em fita de poliéster com costura zig-zag. Argolas de aço em “D” na região dorsal, peitoral, umbilical, nos ombros e nas laterais. Pontos de conexão: dorsal e peitoral para proteção contra queda, lateral para técnica de posicionamento em altura, umbilical e ombro para trabalho de suspensão e sustentação (resgate). Almofadas para conforto nas pernas e lombar. Fivelas em aço para ajustes no suspensório, dorso, cintura e nas pernas. Mosquetão Oval em aço, para o fechamento do suspensório e porta equipamentos emborrachados nas laterais. Possuir indicador de queda. Aplicações: Retenção de queda, técnica de posicionamento em altura, resgate, e acesso por cordas. Benefícios: Almofadas para conforto nas pernas e lombar; Porta equipamentos; 6 fivelas para ajuste; Retentor de fitas; Indicador de queda; ID CARD e etiqueta de controle para inspeção; Bolsa exclusiva para guarda e conservação Cores; •. Leve e confortável; - Normas: NBR: 15.835 e 15.836:2010</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	01	02	SMDC (1585/25)
32	<p>Bota De Pvc: Descrição: Bota impermeável, cano longo tipo C, classe II, produzida com composto polimérico de PVC. Alta flexibilidade e com bom comportamento ao desgaste. Sola com propriedades antiderrapantes, resistente ao escorregamento em piso cerâmico e piso de aço (SRC), e resistente à óleo combustível (FO). Especificações (Certificado de Aprovação). Simbologia: OB</p>	NÃO LOCALIZADO	PAR	10	40	TAMANHO // QUANTIDADE 37 04 39 06 40 06 41 18 43 06 SMDC (1585/25)



	SRC FO - NBR ISO 20347:2015. Cor: Preta. Forro: Membrana easily-dried (rápida secagem) Altura: 28cm (base numeração média).					
33	GRAMPO MANILHA Manilha Reta 5/8 Pol com Pino Roscado 3/4 Pol Aço Alloy 3,25 Composição do produto: Material: Corpo e pino forjado de Aço Alloy. Detalhes técnicos: Fator de segurança: 6:1. Capacidade de trabalho: 3250 Kgf. Peso: 0,590 Kg. Medidas: Diâmetro do corpo: 5/8 Pol. Diâmetro do pino: 3/4 Pol. Comprimento interno: 53 mm. Largura interna: 28 mm. Largura da abertura: 28 mm. Espessura do pino: 19 mm.	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	02	10	SMDC (1585/25)
34	Cinta para Amarração de Cargas 5000Kg 50mm x 5m com Catraca e 2 Ganchos Destinada ao uso em amarração de carga adequadas, produzida em poliéster de alta tenacidade, com parte fixa com catraca e gancho no formato "J" e parte longa com gancho no formato "J". Acabamento especial no processo de pigmentação para garantir alta resistência à abrasão, radiação ultravioleta, umidade e ao envelhecimento do tecido. Especificações Técnicas: Carga de trabalho: 5000kg Dimensões (LxC): 50mm x 5m Fator de segurança: 2:1 Adequada a norma: ABNT NBR 15883-2:2015 e resoluções CONTRAN 552/2015 e 631/2016 Conteúdo da Embalagem: 1 Cinta 1 Catraca 2 Ganchos	NÃO LOCALIZADO	KIT	01	03	SMDC (1585/25)



	<p>- Garantia: 6 meses ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO</p>					
35	<p>Escada Alumínio Telescópica 5.6m 18 Degraus – Multifuncional Total de Degraus: 18 Altura Máxima: 5.6 metros Material: Alumínio de alta resistência Capacidade de Carga: Até 150kg Garantia: 1 Ano de Fábrica</p>	<p>NÃO LOCALIZADO</p>	<p>UNIDADE</p>	<p>01</p>	<p>01</p>	<p>SMDC (1585/25)</p>
36	<p>Escada Articulada Multifuncional 4x4 16 Degraus em Alumínio Degraus: 16 Altura Fechada: 1,21m Altura Aberta: 2,18m Altura Esticada: 4,48m Altura Andaime: 1,26m Distância entre os degraus: 24cm Largura: 34cm Peso (kg): 11,90 Suporte de Carga: 150kg</p>	<p>NÃO LOCALIZADO</p>	<p>UNIDADE</p>	<p>01</p>	<p>01</p>	<p>SMDC (1585/25)</p>



	Tamanho Para Transporte: 27 x 34 x 1,21m Garantia: 1 Ano de Fábrica					
37	PROTETOR FACIAL KIT FLORESTAL (CAPACETE+SUPORTE+ABAF ADOR+MALHA PLASTICA) CA Capacete de segurança, Tipo II, classe B, com aba frontal casco de polietileno composto por 1 nervura e regulagem de tamanho por catraca ou pinos, Suspensão composta por carneira e coroa em polietileno, polipropileno e poliamida, tipo separáveis. Carneira fixada ao casco através de 08 (oito) pontos de fixação. Tira absorvente de suor de poliuretano e couro sintético. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO	NÃO LOCALIZADO	KIT	02	05	SMDC (1585/25)
38	Bastão sinalizador recarregável Possui um cabo confortável com cordão de segurança para maior estabilidade no uso. LUMINOSIDADE Emite luz LED por todo o seu comprimento Possui luz de LED branca na ponta para ser utilizado como lanterna FUNCIONAMENTO Alimentado por 2 pilhas grandes modelo D (inclusas) ESPECIFICAÇÕES Dimensões: 54 x 4 cm Cor: laranja LED: branco PESO: 200 GRAMAS	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	05	10	SMDC (1585/25)
39	PISCA DE ADVERTÊNCIA GLOBO Pisca de advertência globo, fabricado em polietileno flexível de alta densidade, com proteção contra raios UV. Possui sistema fotocélula, com 4 Led's de alto brilho alimentado por 4 pilhas AA, durabilidade estimada em 180 horas, acionamento através de botão	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	05	10	SMDC (1585/25)



	liga e desliga. Base com encaixes para cones, super cones, barreiras, cavaletes e balizadores. Cúpulas na cor vermelho					
40	<p>Calça Tática à Prova de Vento e Água com Bolsos Múltiplos Cintura Média Tamanho Grande: Sim Tipos de ajuste de calças: Slim Fit Estampa: Lisa Material: Poliéster</p> <p>Descrição do produto Cor: Preto ou Cáqui Tamanho: P, M, G, GG Composição: 100% Poliéster Comprimento: Regular Detalhes: Bolsos múltiplos Estampa: Cor sólida Tecido: Não Elástico Estação: Todas as estações Estilo: Casual P = 05 un M = 05 un G = 12 un GG = 08 un</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	10	30	SMDC (1585/25) P = 05 un M = 05 un G = 12 un GG = 08 un
41	<p>CAVALETE 1M X 1M Cavalete plástico desmontável, fabricado em polietileno de baixa densidade, com proteção contra raios UV, resistente a intempéries (sol e chuva), possui 1,03 m de altura X 1 m de comprimento X 90 cm de largura. Dispõe de 2 vigas de 17 cm de largura, com refletivo adesivo de alta visibilidade, e rebaixo para proteção das mesmas, dos dois lados da peça. Possui orifício superior para encaixe de Pisca de advertência externo (sinalizador noturno). Com enchimento mineral (areia) nas laterais, peso de aproximadamente 6,5 kg até 25 kg. COR: Laranja</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	02	06	SMDC (1585/25)



42	<p>Capacete Classe A - Tipo III escalada em rocha, resgate, alpinismo e espeleologia, podendo ser utilizado entre temperaturas de -19° até 49°. Fabricado em ABS (acrilonitrila butadieno estireno) com tratamento UV, leve e confortável, possuir fitas antialérgicas, testeira acolchoada, suportes para lanterna e encaixe para viseira, protetor auricular e encaixe para protetor de nuca. Ventilação frontal, laterais e traseira protegidas por telas, proporcionando alta ventilação. Resistência que assegura proteção ao usuário. Com encaixe para fixação do protetor de nuca, elemento refletivo na parte traseira e amortecedores laterais e frontais. Especificação Técnica: Casco: ABS Regulagem de Tamanho: 54cm a 62cm Jugular: Regulável Sistema de Regulagem: Catraca Certificado: CA</p>	NÃO LOCALIZADO	UNIDADE	02	04	SMDC (1585/25)
----	---	----------------	---------	----	----	----------------

2- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1.1 - Observância aos termos do instrumento convocatório da contratação e às legislações federal, estadual e municipal e normatizações relacionadas vigentes;

2.1.2 - Observância às normas técnicas em geral, em especial as relacionadas com saúde operacional e segurança do trabalho;

2.1.3 - Combate ao trabalho infantil ilegal e ao trabalho escravo e análogo a escravo.

2.1.4 - Compromisso com a redução do impacto ambiental negativo e com proteção ao meio natural e antrópico.

2.1.5 - Garantia da prevalência dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório em todo processo licitatório.

▪ **Sustentabilidade:**

2.2-Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

2.2.1 – Como critérios e práticas de sustentabilidade, sob os aspectos socioambientais, socioeconômicos e socioculturais, deverão ser observadas, no que couber e quando aplicável, legislações como: Lei nº 12.305/2010, Lei 6.360/19876, Decreto nº 10.936/2022, Decreto nº



8.077/2013, RDC ANVISA nº 752/2022, bem como legislação complementar, correlata e supervenientes.

3- SUBCONTRATAÇÃO

3.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4- GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.1- Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5- EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1- A forma de execução será DIRETA, com fornecimento PARCELADO.

5.2- A Administração emitirá por escrito ordem de fornecimento, com a quantidade e identificação dos bens a serem entregues, o prazo máximo e o local de entrega, a quantidade, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem.

5.3- Os bens a serem adquiridos serão fornecidos em remessa parcelada, conforme ordens de fornecimento, em prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento da mesma, nos endereços descritos abaixo, onde serão recebidos pelos fiscais do contrato ou por servidor designado para tal:

5.3.1 - Av. Venâncio Pereira Veloso, s/nº, Centro, Bom Jardim - RJ, CEP: 28660-000, Sede da Defesa Civil Municipal, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, Whatsapp (22) 2566.2342 .E-MAIL: defesacivilbomjardimrj@gmail.com.

5.3.2- SMOI – Almoxarifado da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, situada na Rua Humberto Neves – s/nº - Bairro Bom Destino - Bom Jardim/RJ (ANTIGA COMAVE), de segunda a sexta-feira, das 7h às 11h e das 12h às 15h, onde serão recebidos pelos fiscais do contrato ou por servidor designado para tal.

6. - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

6.1 – Serão gestoras da Ata de Registro de Preços as Secretarias Municipais, conforme suas cotas partes, representadas por seus respectivos secretários, indicados através de Portaria publicada no órgão de imprensa oficial do Município.

6.2 – A Ata de Registro de Preços e os Contratos dela derivados deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 - Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano



complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.7 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.8 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.10 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.11 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.12 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.13 - O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

6.14 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Atribuições dos Gestores da Ata de Registro de Preços

6.15 - Os gestores promoverão o gerenciamento permanente e formal da Ata de Registro de Preços, conforme sua cota parte, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

6.16 - Cabe aos gestores da Ata de Registro de Preços, conforme sua cota parte, as atribuições inerentes ao gerenciamento da Ata de Registro de Preços, particularmente quanto a:



- 6.16.1 - Providenciar a elaboração e publicação da Ata de Registro de Preços.
- 6.16.2 – Verificar, antes de emitir a ordem de fornecimento, se há saldo orçamentário disponível para a execução;
- 6.16.3 – Emitir a ordem de fornecimento, nos moldes do instrumento convocatório e seus anexos;
- 6.16.4 – Solicitar à fiscalização que inicie os procedimentos de acompanhamento e fiscalização;
- 6.16.5 – Encaminhar comunicações à CONTRATADA ou fornecer meios para que a fiscalização se comunique com a CONTRATADA;
- 6.16.6 – Aplicar sanções e/ou solicitar a aplicação de descumprimento contratual;
- 6.16.7 – Requerer e/ou conceder ajustes, aditivos, suspensões, prorrogações ou supressões, na forma da legislação;
- 6.16.8 – Solicitar o cancelamento o registro dos licitantes, nas hipóteses do instrumento convocatório e seus anexos, convocando os licitantes remanescentes registrados para substituí-los.
- 6.16.9 – Solicitar a revogação da ata de registro de preços, nas hipóteses do instrumento convocatório e da legislação aplicável;
- 6.16.10 – Controlar os quantitativos máximos estipulado, respeitando as cotas dos participantes;
- 6.16.11 – Tomar demais medidas necessárias para a regularização de faltas ou eventuais problemas;
- 6.16.12 – O rol dos órgãos participantes, suas respectivas cotas e atribuições, constam no item 1, deste Termo de Referência.
- 6.16.13 - Controlar, de forma permanente, a utilização da Ata de Registro de Preços para fins de contratações, durante toda sua vigência;
- 6.16.14 - Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente e jurisprudência do TCU e do TCE/RJ;
- 6.16.15 - Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na Ata de Registro de Preços, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da Ata de Registro de Preços e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;
- 6.16.16 - Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais.

Fiscais do contrato

- 6.17– Serão fiscais da Ata de Registro de Preços os servidores nomeados pela Administração para este fim, conforme suas cotas partes, através de Portaria a ser publicada no órgão de imprensa oficial do Município, em momento oportuno.
- 6.18- O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no referido instrumento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.19- O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização



das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.20 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.21 - O fiscal do contrato informará ao gestor da Ata de Registro de Preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.22 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.23 - O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.24 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.25- O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.26 - Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.26.1– Realizar os procedimentos de acompanhamento da execução do contrato;

6.26.2 - Verificar pessoalmente e espontaneamente a execução do contrato, recebendo-os após sua conclusão;

6.26.3 – Apurar ouvidorias, reclamações ou denúncias relativas à execução do contrato, inclusive anônimas;

6.26.4 – Receber e analisar os documentos emitidos pela CONTRATADA que são exigidos no instrumento convocatório e seus anexos;

6.26.5 – Elaborar o registro próprio e emitir termo circunstanciando, recibos e demais instrumentos de fiscalização, anotando todas as ocorrências da execução do contrato;

6.26.6 – Verificar a quantidade, qualidade e conformidade dos bens;

6.26.7 – Recusar os bens entregues em desacordo com o instrumento convocatório e seus anexos, exigindo sua substituição no prazo disposto no instrumento convocatório e seus anexos;

6.26.8 – Atestar o recebimento definitivo dos objetos entregues em acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.

6.26.9 – Encaminhar relatório relativo à fiscalização do contrato ao Gestor do Contrato, contendo informações relevantes quanto à fiscalização e execução do instrumento contratual.



6.27 - A execução da Ata de Registro de Preços e do contrato deverão ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7- ADESÃO DE SECRETARIA MUNICIPAL NÃO PARTICIPANTE

7.1- Não será admitida a Adesão de Secretarias e demais órgãos internos e externos não participantes à Ata de Registro de Preços.

8- VÍNCULOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1- A existência da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

8.2- O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, ao cumprimento das obrigações contidas na mesma, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas no Termo de Referência.

9- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1- A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto e, ainda:

9.1.1 – Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, e prazo de garantia de 12 (doze) meses, a partir da entrega;

9.1.2 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

9.1.3 – Substituir, em até 07 (sete) dias úteis, os itens que apresentarem incompatibilidade com a descrição do bem, apresentar defeitos, estiverem danificados ou fora do prazo de validade.

9.1.4 – Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6 – Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

9.1.7 – Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação;

9.1.8 – Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação;

9.1.9 – Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do objeto, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e entrega dos objetos.



9.1.10 - Em caso de desistência do fornecimento, a CONTRATADA deverá comunicar à Administração, com prazo de 30 (trinta) dias corridos, devendo cumprir eventuais ordens de execução emitidas nesse prazo.

9.1.11 - A contratada deve observar fielmente todas as disposições do edital, seus anexos e a proposta vencedora, assumindo integral responsabilidade pelos riscos e custos decorrentes da adequada execução do objeto contratado.

9.1.12- Os bens devem ser entregues em conformidade com as exigências técnicas, prazos e locais estabelecidos.

9.1.13- A contratada responderá por eventuais vícios, defeitos, danos ou inconformidades, devendo providenciar as correções ou substituições necessárias no prazo estabelecido.

9.1.14- Indicar e manter preposto para representá-la junto à Administração.

9.1.15- É obrigação da contratada, manter a Administração informada sobre qualquer fato que possa comprometer o cumprimento contratual, inclusive alterações cadastrais ou impossibilidades de execução, devendo apresentar justificativas com a devida antecedência e comprovação.

9.1.16- A contratada arcará com todas as despesas diretas e indiretas relativas à execução contratual, inclusive tributos, encargos trabalhistas e logísticos.

10- OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

10.1- A Administração está sujeita às seguintes obrigações:

10.1.1 – Emitir a ordem de fornecimento e receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos;

10.1.2 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 – Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa;

10.1.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente aos bens entregues, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos, podendo também solicitar alterações, como por exemplo, a troca de marca, quando previsto. Ressalta-se ainda que a Administração não responderá por compromissos ou danos assumidos pela contratada perante terceiros.;

10.1.6 - Receber o objeto conforme os prazos e condições estabelecidos, verificar sua conformidade com as especificações contratuais

10.2 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



11- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1- Os documentos fiscais serão emitidos em nome do MUNICÍPIO DE BOM JARDIM, CNPJ 28.561.041/0001-76, Praça Governador Roberto Silveira, 44 – Centro – Bom Jardim / RJ, CEP 28660-000 referente à cota parte da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e à cota da Secretaria Municipal de Defesa Civil.

As Notas Fiscais deverão ser separadas por secretaria e deverão conter em seu corpo informações referentes às aquisições.

11.2- Deverá constar no documento fiscal a devida retenção do imposto de renda ou a sua não incidência conforme determinado no Decreto Municipal nº 4.619, de 20 de outubro de 2023, e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 12 de dezembro

Do Recebimento

11.3 - Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.4 - Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.5 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.6 - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 07 (sete) dias úteis.

11.7 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.8 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.9 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.10 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

11.11 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10(dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.



11.11.1 - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

11.12 - Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.13 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

11.14 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

11.15 – A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.16 – Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.17 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.18 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.19 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

11.20 - - O prazo de 05 (cinco) dias úteis, subsequentes a data do recebimento definitivo dos itens, para realizar o pagamento, nos casos dos itens recebidos cujo valor não ultrapasse o limite do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com Art. 4º do Decreto Municipal nº 4.441/2023, vedando-se o parcelamento de faturamento, solicitações de cobrança, ordens de



pagamento que caracterizem inobservância da ordem cronológica estabelecidas no dispositivo citado.

11.21 - O prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da liquidação da despesa, para realizar o pagamento, nas demais hipóteses.

11.22 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-A de correção monetária.

Forma de pagamento

11.23 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.24 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.25 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.25.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.26- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

11.27 - A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial ou total, conforme as regras previstas no presente tópico.

12 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, através dos orçamentos das respectivas Secretarias, sendo:

	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	02.170.06.182.0092.2.125	33.90.30
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	02.400.11.331.0015.2.038	

REVER NUMERAÇÃO A PARTIR DAQUI

13 - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - A Ata de Registro de Preços tem vigência de 01(um) ano, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos permitidos no art. 84 da Lei 14.133/2021.



13.2 - A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.

13.3 - A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da Ata de Registro de Preços.

13.4 - A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços deverá ser publicada e divulgada.

13.5 - A formalização da Ata de Registro de Preços, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no Diário Eletrônico Municipal.

14 - CANCELAMENTO/REVOGAÇÃO E RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - O registro de preços poderá ser CANCELADO/EXTINTO, quando:

14.1.1 - Não houver acordo entre as partes para pactuação/negociação de novo preço nos casos de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao mercado, conforme regras previstas na Lei 14.133/2021, e alterações posteriores.

14.1.2 - Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas na Ata de Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pela Administração.

14.1.3 - Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas.

14.1.4 . O registro de preços poderá ser EXTINTO, por iniciativa da Administração, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

14.1.4.1 - Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes na Ata de Registro de Preços;

14.1.4.2 - Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante;

14.1.4.3 - Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base na Ata de Registro de Preços;

14.1.4.4 - Não mantiver as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 DIAS corridos;

14.1.4.5- Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

14.1.4.5 - O cancelamento/extinção do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente da Administração, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

14.1.4.6 - Havendo cancelamento/extinção do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

14.1.4.7 - O cancelamento/extinção do registro na hipótese prevista no item da Ata de Registro de Preços não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.



14.1.4.8 - A extinção do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada da Administração, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

14.1.4.9 - A extinção do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

15 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do caput da cláusula décima primeira deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

a- Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias

i. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b- Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do caput, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

c- Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do caput, de 15% do valor do Contrato.

d- Para infração descrita na alínea “b” do caput, a multa será de 15% do valor do Contrato.



e- Para infrações descritas na alínea “d” do caput, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

f- Para a infração descrita na alínea “a” do caput, a multa será de 05% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações

15.3 -A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.6 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.7 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento

15.8 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.9 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.10 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.11 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.12 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



15.13 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

16- ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

16.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

16.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

16.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

16.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

16.1.1.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

16.1.1.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

17 - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

17.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

17.2 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

17.3– Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

17.3.1 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

17.3.2 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.4 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



17.4.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

17.4.2 – Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

17.4.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

17.4.4 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

17.4.5 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto na presente ata, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

17.4.6 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Bom Jardim, XXX de XXXXXX de 2026

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM

LICITANTE

TESTEMUNHAS:



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2025
ANEXO IV
DECLARAÇÃO ÚNICA

DECLARAMOS , sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

a) não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99);

b) declaração de enquadramento em ME ou EPP;

c) Se o licitante participante for Microempreendedor Individual deverá apresentar o Certificado da Condição caso queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 ou a Declaração de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP;

d) detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital;

e) não incursa nos impedimentos de que trata o artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

g) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, definidas do

Edital;

h) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;

i) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

j) que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, de acordo com os dispositivos legais;

k) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

l) a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou representantes com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, de gestores públicos (servidores e agentes políticos) ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Bom Jardim – RJ, envolvidos no procedimento licitatório.

m) de idoneidade

n) declaração de que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa e que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.



o) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

____, ____ de _____ de 2026

LOCAL E DATA

Assinatura Digital:

OBSERVAÇÕES:

1) TODAS AS FOLHAS DEVERÃO SER CARIMBADAS E ASSINADAS PELO REPRESENTANTE DA EMPRESA



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2025
CARTA DE CREDENCIAMENTO (modelo)

(local) , de de 2026.

Ao
Município de Bom Jardim/RJ.
Praça Gov. Roberto Silveira nº 44 – 2º andar
Centro-Bom Jardim – RJ.

Ao (À) Pregoeiro (a)

Pela presente, fica credenciado o Sr. _____, residente e domiciliado na Rua....., portador da Célula de Identidade nº _____, expedida em ____/____/____ e CPF nº _____, para representar a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, na Licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº _____, a ser realizada em _____ No endereço acima mencionado, às _____ horas, podendo, para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive poderes para formular ofertas e lances de preços, prestar esclarecimentos, receber notificação, interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência de interpô-los, bem como assinar contratos e Atas.

Atenciosamente.

Assinatura do representante legal.

Carimbo do CNPJ.

OBS: A carta de credenciamento deverá ser assinada pelo representante legal da licitante, com poderes para constituir mandatário.
Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa;



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2025
ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO Nº 0XX/2026
REF: PREGÃO ELETRÔNICO 0XX/2025

**CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE
MATERIAIS DE EPIs, EPC E MATERIAL DE
CONSUMO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICIPIO DE BOM JARDIM E A EMPRESA
XXXXXXXXXX**

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM, pessoa jurídica de direito público, sito na Praça Governador Roberto Silveira, 44 – Centro – Bom Jardim / RJ, CEP 28.660-000, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 28.561.041/0001-76, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito **AFFONSO HENRIQUES MONNERAT ALVES DA CRUZ**, brasileiro, divorciado, portador da carteira de identidade nº 045290665, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 718.913.077-20, com endereço profissional na Praça Governador Roberto Silveira, 44 – Centro – Bom Jardim / RJ, CEP 28.660-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado a empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº. XXX, com sede na XXX, CEP XX, neste ato representada por **XXX** portadora da Carteira de Identidade nº XXX, expedida pelo XX, inscrita no CPF/MF sob o nº XX, a seguir denominada **CONTRATADA**, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº .../ano, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, constante dos autos do Processo Administrativo 1.585/2025, em nome do Almoarifado do Prédio Sede (processo “mãe”) apensos: 1350/2025, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações, Decreto Municipal nº. 4.558/2023, Decreto Federal nº 11.462/2023, e demais legislações pertinentes, pelos termos da proposta da **CONTRATADA** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui o presente objeto eventual e futura aquisição de EPIs, EPC E MATERIAL DE CONSUMO, através do Sistema de Registro de Preços, atendendo à demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e da Secretaria Municipal de Defesa Civil, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, do Edital.

Parágrafo Único - Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Termo de Referência, no instrumento convocatório, com seus anexos, a ata de registro de preços e a proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Pelo objeto ora contratado, o **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o **valor total estimado de R\$XXXX (XXXXXX)**, pelo item, conforme valores unitários e quantitativo corresponde na respectiva Ata de Registro de Preços, conforme sua cota parte.

Parágrafo Primeiro - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



Parágrafo Segundo - O Município de Bom Jardim não estará obrigado a adquirir o quantitativo máximo constante deste Registro de Preços, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou de mais itens/lotos, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 83, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro - O quantitativo previsto no termo de referência constitui mera estimativa, não obrigando o Município de Bom Jardim a utilizá-lo integralmente, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DINÂMICA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO CONTRATO

A forma de execução será DIRETA, com fornecimento PARCELADO.

Parágrafo Primeiro - A Administração emitirá por escrito ordem de fornecimento, com a quantidade e identificação dos bens a serem entregues, o prazo máximo e o local de entrega, a quantidade, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem.

Parágrafo Segundo - Os bens a serem adquiridos serão fornecidos em remessa parcelada, conforme ordens de fornecimento, em prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento da mesma, nos endereços descritos abaixo, onde serão recebidos pelos fiscais do contrato ou por servidor designado para tal:

1 - Av. Venâncio Pereira Veloso, s/nº, Centro, Bom Jardim - RJ, CEP: 28660-000, Sede da Defesa Civil Municipal, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, Whatsapp (22) 2566.2342 .E-MAIL: defesacivilbomjardimrj@gmail.com.

2- SMOI – Almoxarifado da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, situada na Rua Humberto Neves – s/nº - Bairro Bom Destino - Bom Jardim/RJ (ANTIGA COMAVE), de segunda a sexta-feira, das 7h às 11h e das 12h às 15h, onde serão recebidos pelos fiscais do contrato ou por servidor designado para tal.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUARTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os documentos fiscais serão emitidos em nome do em nome do em nome do MUNICÍPIO DE BOM JARDIM, CNPJ 28.561.041/0001-76, Praça Governador Roberto Silveira, 44 – Centro – Bom Jardim / RJ, CEP 28660-000 referente à cota parte da Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo Primeiro- Deverá constar no documento fiscal a devida retenção do imposto de renda ou a sua não incidência conforme determinado no Decreto Municipal nº 4.619, de 20 de outubro de 2023, e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 12 de dezembro.

Parágrafo Segundo - O pagamento será efetuado no prazo, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 4.441, de 23 de fevereiro de 2023:

I - O prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento definitivo dos bens, para realizar o pagamento, nos casos de bens recebidos cujo valor não ultrapasse o limite do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com Art. 4º do Decreto Municipal nº 4.441/2023, vedando-se o parcelamento de faturamento, solicitações de cobrança, ordens de pagamento que caracterizem inobservância da ordem cronológica estabelecidas no dispositivo citado.

II - O prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos bens, para realizar o pagamento, nas demais hipóteses.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-A de correção monetária.

Parágrafo Quarto - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



Parágrafo Quinto - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Parágrafo Sexto – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo Sétimo - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Oitavo - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Parágrafo Nono - A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial ou total, conforme as regras previstas no presente tópico.

Parágrafo Décimo - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Parágrafo Décimo Primeiro - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Parágrafo Décimo Segundo - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Parágrafo Décimo Terceiro - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 07 (sete) dias úteis.

Parágrafo Décimo Quarto - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

Parágrafo Décimo Quinto - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Parágrafo Décimo Sexto - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Parágrafo Décimo Sétimo - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato..

CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas com a seguinte dotação orçamentária:

	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	02.170.06.182.0092.2.125	33.90.30
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	02.400.11.331.0015.2.038	

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTES DOS PREÇOS



Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Parágrafo Primeiro - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Parágrafo Segundo - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo Quarto - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo Quinto - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexto - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sétimo - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

Serão gestoras da Ata de Registro de Preços as Secretarias Municipais, conforme suas cotas partes, representadas por seus respectivos secretários, indicados através de Portaria publicada no órgão de imprensa oficial do Município.

Parágrafo Primeiro – A Ata de Registro de Preços e os Contratos dela derivados deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo Segundo - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Parágrafo Terceiro - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Parágrafo Quarto - Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Parágrafo Quinto - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

Parágrafo Sexto - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

Parágrafo Sétimo - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).



Parágrafo Oitavo - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

Parágrafo Nono - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

Parágrafo Décimo - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

Parágrafo Décimo Primeiro- O gestor do contrato deverá enviar a documentação para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Parágrafo Décimo Segundo - O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

Parágrafo Décimo Terceiro - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Parágrafo Décimo Quarto- Os gestores promoverão o gerenciamento permanente e formal da Ata de Registro de Preços, conforme sua cota parte, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

Parágrafo Décimo Quinto- Cabe aos gestores da Ata de Registro de Preços, conforme sua cota parte, as atribuições inerentes ao gerenciamento da Ata de Registro de Preços, particularmente quanto a:

- 1 - Providenciar a elaboração e publicação da Ata de Registro de Preços.
- 2 – Verificar, antes de emitir a ordem de fornecimento, se há saldo orçamentário disponível para a execução;
- 3 – Emitir a ordem de fornecimento, nos moldes do instrumento convocatório e seus anexos;
- 4 – Solicitar à fiscalização que inicie os procedimentos de acompanhamento e fiscalização;
- 5 – Encaminhar comunicações à CONTRATADA ou fornecer meios para que a fiscalização se comunique com a CONTRATADA;
- 6 – Aplicar sanções e/ou solicitar a aplicação de descumprimento contratual;
- 7 – Requerer e/ou conceder ajustes, aditivos, suspensões, prorrogações ou supressões, na forma da legislação;
- 8 – Solicitar o cancelamento o registro dos licitantes, nas hipóteses do instrumento convocatório e seus anexos, convocando os licitantes remanescentes registrados para substituí-los.
- 9 – Solicitar a revogação da ata de registro de preços, nas hipóteses do instrumento convocatório e da legislação aplicável;
- 10– Controlar os quantitativos máximos estipulado, respeitando as cotas dos participantes;
- 11 – Tomar demais medidas necessárias para a regularização de faltas ou eventuais problemas;
- 12 – O rol dos órgãos participantes, suas respectivas cotas e atribuições, constam no item 1, deste Termo de Referência.
- 13 - Controlar, de forma permanente, a utilização da Ata de Registro de Preços para fins de contratações, durante toda sua vigência;
- 14 - Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente e jurisprudência do TCU e do TCE/RJ;
- 15 - Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na Ata de Registro de Preços, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da Ata de Registro de Preços e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;



16 - Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais.

CLAUSULA OITAVA - FISCAIS DE CONTRATO

Serão fiscais da Ata de Registro de Preços os servidores nomeados pela Administração para este fim, conforme suas cotas partes, através de Portaria a ser publicada no órgão de imprensa oficial do Município, em momento oportuno.

Parágrafo Primeiro - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no referido instrumento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

Parágrafo Segundo - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Parágrafo Terceiro - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

Parágrafo Quarto - O fiscal do contrato informará ao gestor da Ata de Registro de Preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

Parágrafo Quinto - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

Parágrafo Sexto - O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Parágrafo Sétimo - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Parágrafo Oitavo - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Parágrafo Nono - Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- 1 – Realizar os procedimentos de acompanhamento da execução do contrato;
- 2 - Verificar pessoalmente e espontaneamente a execução do contrato, recebendo-os após sua conclusão;
- 3 – Apurar ouvidorias, reclamações ou denúncias relativas à execução do contrato, inclusive anônimas;
- 4 – Receber e analisar os documentos emitidos pela CONTRATADA que são exigidos no instrumento convocatório e seus anexos;
- 5 – Elaborar o registro próprio e emitir termo circunstanciando, recibos e demais instrumentos de fiscalização, anotando todas as ocorrências da execução do contrato;
- 6 – Verificar a quantidade, qualidade e conformidade dos bens;
- 7 – Recusar os bens entregues em desacordo com o instrumento convocatório e seus anexos, exigindo sua substituição no prazo disposto no instrumento convocatório e seus anexos;
- 8 – Atestar o recebimento definitivo dos objetos entregues em acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.
- 9 – Encaminhar relatório relativo à fiscalização do contrato ao Gestor do Contrato, contendo informações relevantes quanto à fiscalização e execução do instrumento contratual.

Parágrafo Décimo - A execução da Ata de Registro de Preços e do contrato deverão ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



CLÁUSULA NONA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro - A Administração está sujeita às seguintes obrigações:

- 1 - Emitir a ordem de fornecimento e receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos;
- 2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 3 - Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa;
- 5 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente aos bens entregues, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos, podendo também solicitar alterações, como por exemplo, a troca de marca, quando previsto. Ressalta-se ainda que a Administração não responderá por compromissos ou danos assumidos pela contratada perante terceiros.;
- 6 - Receber o objeto conforme os prazos e condições estabelecidos, verificar sua conformidade com as especificações contratuais
- 7 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto e, ainda:

- 1 - Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, e prazo de garantia de 12 (doze) meses, a partir da entrega;
- 2 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- 3 - Substituir, em até 07 (sete) dias úteis, os itens que apresentarem incompatibilidade com a descrição do bem, apresentar defeitos, estiverem danificados ou fora do prazo de validade.
- 4 - Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 7 - Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação;
- 8 - Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação;
- 9 - Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do objeto, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e entrega dos objetos.
- 10 - Em caso de desistência do fornecimento, a CONTRATADA deverá comunicar à Administração, com prazo de 30 (trinta) dias corridos, devendo cumprir eventuais ordens de execução emitidas nesse prazo.
- 11 - A contratada deve observar fielmente todas as disposições do edital, seus anexos e a proposta vencedora, assumindo integral responsabilidade pelos riscos e custos decorrentes da adequada execução do objeto contratado.



12- Os bens devem ser entregues em conformidade com as exigências técnicas, prazos e locais estabelecidos.

13- A contratada responderá por eventuais vícios, defeitos, danos ou inconformidades, devendo providenciar as correções ou substituições necessárias no prazo estabelecido.

14- Indicar e manter preposto para representá-la junto à Administração.

15- É obrigação da contratada, manter a Administração informada sobre qualquer fato que possa comprometer o cumprimento contratual, inclusive alterações cadastrais ou impossibilidades de execução, devendo apresentar justificativas com a devida antecedência e comprovação.

16- A contratada arcará com todas as despesas diretas e indiretas relativas à execução contratual, inclusive tributos, encargos trabalhistas e logísticos.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do caput da cláusula décima primeira deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:
 - a- Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias
 - i. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - b- Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do caput, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
 - c- Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do caput, de 15% do valor do Contrato.
 - d- Para infração descrita na alínea “b” do caput, a multa será de 15% do valor do Contrato.
 - e- Para infrações descritas na alínea “d” do caput, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.
 - f- Para a infração descrita na alínea “a” do caput, a multa será de 05% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações



Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo Terceiro - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quarto - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo Quinto - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Sexto - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Oitavo - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Nono - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo Décimo Primeiro - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décimo Segundo - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Único - Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Segundo - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Terceiro - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Quarto- O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 3 Indenizações e multas.

Parágrafo Quinto - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Parágrafo Sexto - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021)

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DURAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 01(um) ano, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos permitidos no art. 84 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro - A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços, nos termos permitidos no art. 84 da Lei 14.133/2021..

Parágrafo Segundo - A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Terceiro - A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços deverá ser publicada e divulgada.

Parágrafo Quarto - A formalização da Ata de Registro de Preços, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no Diário Eletrônico Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Bom Jardim/ RJ para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três vias) iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Bom Jardim, XX de XXXX de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JARDIM
CONTRATANTE

XXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF: